



Departamento de Sociologia

**Descendo a Encosta
do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro
Impactes sentidos pelos residentes ao nível da sua inserção
profissional e redes sociais, após o realojamento**

Lina Maria André Soares

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Família e Sociedade

Orientadora:

Doutora Teresa Costa Pinto, Professora Auxiliar,
DINÂMIA-CET/ISCTE-IUL

Setembro, 2010

Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro

RESUMO

O bairro do Casal Ventoso situava-se numa das encostas do Vale de Alcântara, apresentando de forma conjugada diversos sintomas de crise urbana, que faziam com que fosse encarado como uma das zonas da Área Metropolitana de Lisboa mais problemática. O ambiente urbano particularmente degradado, a baixa escolaridade, as elevadas taxas de desemprego, criminalidade e delinquência da sua população, em grande parte associadas ao consumo e tráfico de estupefacientes, contribuíam para que os seus residentes fossem, frequentemente, considerados como “os excluídos dos excluídos”.

Com o desmantelamento deste bairro e o realojamento dos seus moradores, maioritariamente, no Vale de Alcântara, propomo-nos analisar quais os principais impactes sentidos por estes indivíduos, em particular no que se refere à sua inserção profissional e redes sociais. Focalizámos o presente estudo em 16 indivíduos, com idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos, aos quais foram aplicadas entrevistas em profundidade, semi-directivas. Todos os indivíduos tinham em comum o facto de terem residido no Casal Ventoso e terem sido realojados na Quinta do Loureiro.

As grandes conclusões que podemos retirar do discurso dos entrevistados, referem-se ao sentimento de indiferença por si manifestado, quanto às alterações ao nível da sua inserção profissional sendo, no entanto, notória a percepção que têm quanto à perda de laços de proximidade na vizinhança, como consequência da transferência de casas térreas, algumas localizadas em pátios, para prédios.

Palavras-chave: pobreza, exclusão social, capital social, redes sociais, habitação, realojamento

ABSTRACT

The neighborhood of Casal Ventoso is situated in one of the hills bordering Alcântara Valley, presenting in conjunction various symptoms of urban crisis that caused it to be regarded as one of the most problematic regions of Lisbon Metropolitan Area. The particularly degraded urban environment, the low education level, the high unemployment, criminality and delinquency rates of its population, largely associated to the smuggling and drugs abuse, contributed to its residents being frequently considered “the excluded of the excluded”.

With the dismantling of this neighbourhood and the relocation of its dwellers, mainly to Alcântara Valley, we proposed ourselves to analyse the major impacts felt by those individuals, in particular concerning their professional insertion and social networks. We focused this study on 16 individuals, aged between 25 and 35 years, to which semi-directive, in-depth interviews were applied. All the individuals had in common the fact that they had once lived in Casal Ventoso and were later relocated to Quinta do Loureiro.

The big conclusions that we can draw from the speech of the interviewees, refers to their feeling of indifference towards the changes in their level of professional insertion, being however notorious their perception about the loss of close ties in the neighbourhood, as consequence of the compulsory transfer from ranch houses, some located in patios, to apartments in buildings.

Key-words: poverty, social exclusion, social capital, social networks, housing, relocation

**Descendo a Encosta
do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro**

Agradeço a todos (as) aqueles (as) que contribuíram
para a concretização desta pesquisa,
em particular aos (às) entrevistados (as) que me abriram
as portas das suas casas,
das suas memórias, das suas vivências e dos seus sentimentos.

**Descendo a Encosta
do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	4
1.1. Compreender a pobreza e exclusão social como fenómenos desafiadores nas sociedades modernas	4
1.1.1. Conceitos de pobreza e exclusão social.....	4
1.1.2. As causas da pobreza e da exclusão social são múltiplas e complexas	5
1.2. Capital social e redes sociais como factores de coesão social.....	7
1.2.1. Capital social como recurso individual e colectivo	7
1.3. A habitação como factor de inclusão ou exclusão.....	8
1.3.1. Os fluxos migratórios para os grandes centros urbanos geram constrangimentos e “territórios de exclusão”	8
1.3.2. Realojamento e reestruturação dos modos de vida.....	9
1.4. Modelo de análise.....	10
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	11
2.1. Opção por uma metodologia qualitativa, através da aplicação de entrevistas em profundidade, semi-directivas	11
3. CONTEXTO EMPÍRICO	13
3.1. Bairro do Casal Ventoso: foco de pobreza e exclusão à escala nacional	13
3.1.1. Localização, características e origem da sua designação	13
3.1.2. Surgimento do bairro ligado a fluxos migratórios.....	14
3.1.3. Do período da gandaia ao narcotráfico – Persistentes dificuldades de integração profissional.....	14
3.2. Vale de Alcântara como novo cenário residencial	16
3.2.1. Demolição do Casal Ventoso e realojamento faseado no Vale de Alcântara... ..	16
3.2.2. Bairro novo, problemas antigos e novos desafios	16
3.2.3. Caracterização sumária da população do Vale de Alcântara.....	17
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	19
4.1. Caracterização social dos entrevistados	19
4.2. Dificuldades apresentadas na trajectória escolar	22
4.3. (Des) inserção profissional, continuidades e intermitências	24
4.4. Reduzidos impactes ao nível da inserção profissional	26
4.5. Impactes sentidos ao nível das redes sociais: desestruturação e fragilização das redes locais	28
4.6. Impactes sentidos no quotidiano	34
4.7. Perspectivas futuras	38
5. CONCLUSÕES	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
ANEXOS	49

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO A – Grelha analítica

Quadro 2.1. Grelha analítica	53
------------------------------------	----

ANEXO B – Categorias e subcategorias

Quadro 2.2. Categorias e subcategorias	57
--	----

ANEXO C – Guião de entrevista

Guião de entrevista.....	61
--------------------------	----

ANEXO D – Bairros do Vale de Alcântara

Quadro 3.1. Datas de construção e ocupação dos bairros do Vale de Alcântara	65
---	----

ANEXO E – Caracterização social dos entrevistados

Quadro 4.1. Perfil social dos entrevistados	69
Quadro 4.2. Habilitações literárias de ego	70
Quadro 4.3. Habilitações literárias dos progenitores	70
Quadro 4.4. Comparação da escolaridade de ego com a dos progenitores	71
Quadro 4.5. Profissão dos progenitores	71
Quadro 4.6. Contacto com o Casal Ventoso	72

ANEXO F – Trajectória escolar

Quadro 4.7. Estabelecimentos de ensino frequentados	75
Quadro 4.8. Idade de abandono escolar	75
Quadro 4.9. Motivos que originaram o abandono escolar	76

ANEXO G – Trajectória profissional

Quadro 4.10. Início do percurso profissional.....	79
Quadro 4.11. Local de trabalho	79
Quadro 4.12. Modo de acesso ao mercado de trabalho.....	80
Quadro 4.13. Impacte sentido ao nível da inserção profissional.....	80

ANEXO H – Impactes sentidos nas redes sociais

Quadro 4.14. Percepção sobre a forma como foi realizado o realojamento.....	83
Quadro 4.15. Reestruturação das redes de vizinhança	84
Quadro 4.16. Fontes e tipos de suporte social.....	85

ANEXO I – Impactes sentidos no quotidiano

Quadro 4.17. Habitabilidade	89
Quadro 4.18. Serviços de proximidade	90
Quadro 4.19. Imagem e identidade do bairro.....	91
Quadro 4.20. Imagem de si e modo de vida.....	92

ANEXO J: Perspectivas futuras

Quadro 4.21. Aspirações escolares	95
Quadro 4.22. Aspirações profissionais.....	95
Quadro 4.23. “Como se imagina daqui a 5 anos...”	96

ANEXO K: *Curriculum Vitae*

<i>Curriculum Vitae</i>	99
-------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Ouvir falar do Casal Ventoso transporta-nos para um cenário de degradação urbanística, pobreza e exclusão social que era, frequentemente, associado a este bairro, considerado como um “problema”, onde proliferava o consumo e tráfico de estupefacientes. A ele se chegaram a referir como a “Bronx da Europa” (Soares¹, 2000: 69), sendo também comparado com as favelas do Rio de Janeiro ou os morros sul-americanos, tendo em conta as características do seu tecido social e habitacional e o facto de se situar numa colina (Chaves, 1999: 33-34).

O ano de 1999 viria a representar um marco na história deste bairro, com o início do seu desmantelamento e o consequente realojamento da população aí residente, maioritariamente no denominado Núcleo Central do Vale de Alcântara, que passou a ser composto por três novos bairros: Quinta do Cabrinha, Avenida de Ceuta Sul e Quinta do Loureiro². Limitaremos a nossa pesquisa a este último bairro, cuja população foi realojada mais recentemente, em 2002.

O objecto de estudo da presente dissertação reporta-se aos impactes sentidos pelos habitantes do bairro do Casal Ventoso, que foram realojados na Quinta do Loureiro, ao nível da sua inserção profissional e redes sociais. A análise destas duas dimensões revela-se particularmente pertinente, uma vez que se trata de elementos fulcrais sobre os quais se alicerça a coesão social. Esta última é entendida como o processo de construção da acção colectiva que conduz à harmonia e bem-estar social de uma sociedade. É reconhecido que a inserção profissional é a principal fonte de inclusão para a população em idade activa, quer por via dos rendimentos, quer por via das formas de aprendizagem, socialização e manutenção das redes sociais. Nos indivíduos cujas trajectórias de vida são marcados pela pobreza e exclusão social, as redes, em particular as de suporte informal, assumem particular importância na contenção dos impactes negativos das situações de escassez de recursos económicos, possuindo igualmente um importante componente relacional (Castro e Guerra, 2010: 62, 116).

¹ João Soares, à data Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), citando o psicoterapeuta holandês Jakob Hartman.

² O bairro da Quinta do Loureiro é também conhecido por bairro do Loureiro ou bairro Ceuta Norte. No presente estudo, optaremos pela primeira designação.

A questão condutora da nossa pesquisa prende-se com a avaliação dos processos de realojamento mencionado, como factor facilitador de uma mobilidade social, favorecido por uma maior inserção social e reforço das redes sociais.

Qualquer processo de realojamento implica muito mais do que a “simples” transferência para outra habitação, conduzindo, igualmente a uma série de transformações sociais na vida dos indivíduos e famílias que nele estejam envolvidos. Pensar nos programas de realojamento apenas a nível financeiro e urbanístico, não se revela ser uma reflexão útil. Tal como refere Isabel Guerra, “o problema do realojamento é, antes de mais, um problema social e não um problema de edifícios, tudo isto porque as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas” (Guerra, 1994: 11). Parece-nos, que o estudo deste processo assume grande pertinência a nível sociológico, uma vez que contribui para a expressão da opinião da população alvo desta acção de realojamento, permitindo uma melhor compreensão dos impactes sentidos.

O interesse por este tema prende-se também com o facto da investigadora exercer a sua actividade profissional na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), estando o seu local de trabalho sediado na Quinta do Loureiro, pelo que contacta com alguma da população aqui residente, considerando relevante auscultar a percepção dos sujeitos acerca das alterações sentidas na sua vida após o realojamento, nomeadamente ao nível das duas dimensões já mencionadas.

Estrutura do trabalho

A presente dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos: enquadramento teórico, procedimentos metodológicos, contexto empírico, análise dos resultados e conclusões. No primeiro capítulo, abordaremos alguma da produção teórica sobre o tema em análise, dando relevância a conceitos importantes para a compreensão do objecto, tais como a pobreza, exclusão social, capital social e redes sociais, bem como aspectos que se prendem com a habitação e realojamento, sendo no final apresentado o modelo de análise. Nos procedimentos metodológicos justificaremos as opções tomadas neste âmbito.

No terceiro capítulo será dado relevo à história e características do bairro do Casal Ventoso, uma vez que nele residia a população que agora nos propomos estudar. Conhecendo o contexto da evolução deste bairro, melhor podemos compreender a conotação que lhe era dada como sendo um local problemático ao nível da pobreza, exclusão social e narcotráfico e

Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro

as implicações que essa imagem tinha na vida dos seus residentes. Com o realojamento, no Vale de Alcântara, importa reflectir sobre a real alteração ou manutenção de alguns destes aspectos, tão desafiadores para a integração social desta população.

No capítulo seguinte serão analisadas as entrevistas, traçado o perfil social dos entrevistados, a sua trajectória académica e profissional, os impactes sentidos ao nível da sua inserção profissional, redes sociais e quotidiano após o realojamento, bem como as suas perspectivas futuras. O último capítulo será destinado à apresentação das principais conclusões no âmbito desta pesquisa.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Compreender a pobreza e exclusão social como fenómenos desafiadores nas sociedades modernas

Como vimos na introdução, a situação dos residentes no bairro do Casal Ventoso era, frequentemente, associada a fenómenos de pobreza e exclusão social. Apesar da transferência desta população para outro cenário residencial, alguns destes fenómenos permaneceram, o que constitui um importante ponto de análise quando estudamos esta população. Os conceitos de pobreza e exclusão social estão estreitamente relacionados e são essenciais quando abordamos problemas respeitantes a pessoas e grupos desfavorecidos da sociedade (Costa, 2008: 59).

1.1.1 Conceitos de pobreza e exclusão social

Os conceitos de pobreza e exclusão social são distintos, sendo importante clarificá-los. Podemos dizer que o primeiro se situa mais ao nível da falta de acesso a recursos fundamentais da vida em sociedade e o segundo ao nível da quebra dos vínculos sociais que permitem a coesão social (Amaro, 2003: 2). Assim, o conceito de exclusão social é mais abrangente, significando fundamentalmente “desintegração social” a diferentes níveis: económico, social, cultural, ambiental e político. Reflete-se na fragilização dos laços familiares e sociais e na não participação na vida comunitária, e implica o que Robert Castel chama de “desafiliação” em relação à sociedade: o não reconhecimento do lugar na sociedade” (Amaro, 2003: 18). Ainda segundo Castel, a exclusão social é a fase extrema do processo de marginalização, entendido como um percurso descendente, ao longo o qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade (Costa, 1998: 10).

Alguns autores associam a discussão do conceito de exclusão social ao de cidadania, tendo em conta as suas implicações de direitos e deveres (Amaro, 2003: 20). Na perspectiva de Amartya Sen³, a pobreza é associada à noção de falta de liberdade, o que constitui uma reflexão interessante, sendo considerado que uma pessoa com fome não é livre, podendo ser concluído que a pobreza configura uma situação de negação de direitos humanos fundamentais (Costa, 2008: 22-23 e REAPN⁴, 2007). Podemos então afirmar que nas sociedades modernas, a pobreza não é apenas o estado de uma pessoa que tem falta de bens

³ Sen, Amartya (1999), *Development as Freedom*, New York; Anchor Books

⁴ REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal

materiais, correspondendo também a um “estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade dos que a experimentam” (Paugam, 1991: 23).

1.1.2 As causas da pobreza e da exclusão social são múltiplas e complexas

Se durante muito tempo se pensou nos pobres como inadaptados, remetendo a responsabilidade para as suas aptidões individuais e para a sua incapacidade de inserção social, actualmente, é obrigatório pensar neste fenómeno como algo muito mais complexo e multiforme (Paugam, 1991: 25). Passámos de uma exclusão pensada como marginalidade em relação à sociedade, em função de défices individuais, para uma exclusão apresentada como um estar fora do social, em virtude de uma falha dos mecanismos integradores (Soulet, 2000: 13).

Paugam aborda a questão da dinâmica de desqualificação social, definindo-a como um conjunto de processos de desclassificações e de falhanços sucessivos, bem como de rupturas de uma grande parte dos laços essenciais (ao nível do emprego, da família, das solidariedades de vizinhança). Considera que se esta dinâmica não é interrompida antes de chegar ao seu termo, a desqualificação social acaba por selar a passagem de uma vulnerabilidade (muitas vezes económica) inicial, para uma grande exclusão (Paugam, 1991:24-25).

A não integração de uma parte da população é um enorme desafio para qualquer sociedade. Muitas vezes, os sujeitos não integrados vivem problemas socioeconómicos, culturais, relacionais e/ou psicológicos, sem encontrar alternativas construtivas na sociedade. Isto levanta um problema de ética social, numa sociedade democrática que pretende funcionar tendo em vista o maior bem-estar possível para o maior número possível dos seus membros. Os criminologistas e os trabalhadores sociais mostram que estas populações criam dificuldades na vida social em geral, podendo ser afirmado que “as pessoas criam problemas porque têm problemas” (Walgrave, 2000: 75).

Em algumas situações, as fragilidades do Estado-Providência poderão ser amenizadas pela designada “sociedade-providência”, constituída por redes de relações de interconhecimento e de entajuda baseada em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade. No entanto, esta “sociedade-providência” apresenta muitas limitações, particularmente no que respeita a grupos sociais mais desfavorecidos e marginalizados, também eles com menos recursos. Se o Estado não apoia as pessoas, não

favorecendo a sua reprodução económica e o desenvolvimento das suas capacidades, também estas ficam com menos capacidade para ajudar os outros. Podemos então afirmar que a um Estado-Providência fraco, tendencialmente está associada uma sociedade providência igualmente fraca (Hespanha, *et al*, 2002: 46, 50; Santos, e Ferreira, 2002: 189-190).

Para a compreensão da afirmação anterior, podemos dar como exemplo a importância da dimensão e estatuto da família. É frequente encontrarmos fenómenos de transmissibilidade intergeracional da pobreza e da exclusão, uma vez que, desde muito cedo, as condições de vida da família condicionam o futuro das crianças nascidas no seio destes agregados familiares. Os recursos materiais disponíveis e os aspectos sociais e culturais que caracterizam alguns modos de vida, contribuem para a manutenção de ciclos familiares de pobreza e exclusão (Amaro, 2003: 24).

As famílias e os grupos pobres tendem a formar comunidades fortemente integradas do ponto de vista interno, mas segregadas no que se refere ao contexto societal. Com alguma frequência, o sentimento de pertença a uma comunidade leva a que esta se feche sobre si própria, o que pode também ser encarado como um mecanismo de defesa em relação a meios de vida irregulares, marcados pela escassez⁵ e resultado da segregação e marginalização. Podemos afirmar que existe uma forte ambiguidade entre a afirmação de identidade comunitária e a incapacidade para reivindicar de forma sustentada a dignidade colectiva, havendo famílias e comunidades pobres nos limites da sua precariedade, que vivenciam esta situação como uma fatalidade, à qual se resignam (Capucha, 2000: 68).

As designadas “famílias multiproblemáticas” ou “multiassistidas”, são um bom exemplo do que acabámos de referir, sendo a intervenção junto destas, um enorme desafio para os técnicos (Sousa, 2005: 9). Estas famílias não se definem pela presença de um sintoma preciso, mas sim pela forma de estar e de se relacionar, assim como pela existência de um conjunto de problemas que afectam um número indeterminado de elementos, em margens qualitativa e quantitativa muito amplas (Alarcão, 2002: 317).

Há ainda a destacar outros aspectos relevantes como a fraca qualificação profissional e escolar, que conduzem os mais pobres ao desemprego oficial, para os mercados de trabalho mal remunerados, paralelos e instáveis, por vezes na base de sistemas de serviços prestados informalmente na própria comunidade, formando economias não monetárias e marginais

⁵ O autor faz a ressalva de que “no caso dos modos de vida irregulares a premissa da escassez de recursos nem sempre é verdadeira” (Capucha, 2000: 68).

(Capucha, 2000: 68-69). Podemos afirmar que fracos níveis de escolaridade e de formação profissional acentuam a vulnerabilidade face à pobreza e à exclusão social, uma vez que é mais difícil a integração no mercado de trabalho.

É necessária e urgente uma acção concertada e coerente, entre os vários agentes sociais, devolvendo aos pobres e excluídos o *poder* que perderam, dando lugar ao seu *empowerment*, para que tenham condições para o pleno exercício da cidadania (Costa: 1998: 53), permitindo a ruptura de ciclos de pobreza e exclusão.

1.2 Capital social e redes sociais como factores de coesão social

Neste ponto, abordaremos algumas questões intimamente relacionadas com as situações familiares e sociais vividas pelos nossos entrevistados, que se prendem com o capital social e o reconhecimento da importância das redes sociais. A confiança depositada nos outros e nas instituições tem vindo a ser considerada como um ingrediente relevante do capital social, a par das redes familiares e comunitárias, influenciando na capacidade de constituição de laços identitários e estimulando a coesão social, numa sociedade considerada de risco (Pinto, *et al*: 2010: 181-182)

1.2.1 Capital social como recurso individual e colectivo

Podemos encarar o conceito de capital social, simultaneamente como um atributo individual e das comunidades, ou seja, por um lado, ele deve ser visto, tal como referia Pierre Bourdieu, como “o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu⁶, cit. por Portes, 2000: 134). Por outro lado, pode ser um recurso colectivo, dependente dos contextos sociais onde os actores estão inseridos, permitindo captar as diferenças de acesso às oportunidades, em função do nível de envolvimento associativo e de comportamento participativo numa comunidade. Nesta perspectiva, enfatiza-se a teoria de Robert Putnam, que nos diz que é através das estruturas sociais de cooperação, partilha de normas e valores – como a confiança, a solidariedade e a tolerância – e pelo exercício da reciprocidade de direitos e obrigações, que se produz um valor para a sociedade, ao qual chama de capital social. Este valor beneficia não apenas os indivíduos que o detêm, como a sociedade no seu todo, tendo a particularidade de se acumular com o seu uso. O enfoque é,

⁶ Bourdieu, Pierre (1985), “The forms of capital”, em J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, New York;Greenwood, pp. 248

pois, atribuído às redes sociais, sendo reconhecido que a virtude cívica de cada cidadão, se torna mais eficaz quando enquadrada numa “densa rede de relações sociais recíprocas (Putnam⁷ cit. por Correia, 2007: 91).

O tipo e volume de capital social podem ter consequências positivas ou negativas nos processos de integração dos indivíduos. A este respeito, podemos dar como exemplo a pertença a contextos desqualificados no que se refere ao emprego, o nível das qualificações ou o estatuto social, variáveis que, à partida, podem influenciar quer o tipo de redes de relações sociais, quer os níveis de confiança interpessoal e institucional. Estes dois aspectos, são uma via privilegiada para se compreender as formas de coesão social, as oportunidades de inclusão social, os níveis de cidadania e de *empowerment* (Castro e Guerra: 2010: 111-112).

1.3 A habitação como factor de inclusão ou exclusão

As condições habitacionais são um importante factor de avaliação do bem-estar da população, influenciando o seu modo de vida, bem como o exercício da sua cidadania. A habitação pode ser considerada como um bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência quotidiana, sendo também um indicador das desigualdades sociais na cidade (Guerra, 1998: 118). Em termos de senso comum, a habitação é considerada um sinal exterior do estatuto económico e da pertença a um determinado estilo de vida (Maia, 1994: 64).

Ao estudarmos os indivíduos que foram sujeitos a um processo de realojamento, parece-nos fundamental compreender a forma como a questão habitacional é colocada no nosso país e a forma como esta está relacionada com as vivências destas pessoas.

1.3.1 Os fluxos migratórios para os grandes centros urbanos geram constrangimentos e “territórios de exclusão”

Nos anos 60, assistimos a um significativo crescimento urbano, com o aumento massivo da população, que ocupa progressivamente as periferias das grandes cidades. De facto, a cidade passa a ser o lugar de confluência de todos os modos de vida, o que não deixa de se fazer acompanhar por uma deteriorização da sua imagem, havendo um crescimento de sentimentos de insegurança, de isolamento e a consciência sobre o agravamento das condições ambientais (Pinto, 2004: 102). Verificou-se ainda a construção de extensos bairros de barracas clandestinos nas periferias dos centros urbanos, em especial em Lisboa, onde as

⁷ Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone. The collapse and revival of American Community*, New York, Simon & Schuster, pp. 19

condições de alojamento desencadearam autênticos processos de exclusão que ainda hoje persistem (Vilaça, 2001: 84).

Nos classificados “territórios de exclusão”, constatamos que a assunção de rótulos e de estigmas por parte da população residente num bairro dito “problemático”, condiciona as suas práticas de sociabilidade, as suas formas de apropriação do espaço, bem como as suas estratégias face aos centros de poder e ao planeamento urbano e territorial (Guerra, P. 2002: 68). De facto, nos estudos sobre a exclusão social há o reconhecimento de que o domínio territorial assume relevância, dado existirem algumas situações em que a exclusão diz respeito não apenas às pessoas e famílias, mas a todo um território, como é o caso dos bairros de lata e outros tipos de bairros degradados (Costa, 1998: 16).

Importa ressaltar que o tecido urbano tem de ser visto como uma produção social, existindo uma forte imbricação entre o “social e o “espacial”, não se devendo “reduzir o espaço às relações sociais no espaço”, mas antes evidenciar “o que nas relações sociais, resulta especificamente do facto de estas ocorrerem no espaço” (Santos⁸, cit. por Guerra, P, 1992: 145).

1.3.2 Realojamento e reestruturação dos modos de vida

Uma acção de realojamento exige a ponderação de uma grande complexidade de problemas, na medida em que apresenta vantagens e inconvenientes, que deverão ser criteriosamente analisados. O realojamento poderá permitir uma melhoria das condições de habitabilidade, mas estas poderão não ser suficientes para estimular uma efectiva alteração dos comportamentos e estilos de vida. A experiência tem demonstrado que os bairros sociais, ao concentrarem estratos populacionais de idênticas condições económicas e sociais num mesmo espaço físico, são, com muita frequência, fomentadoras de comportamentos desviantes (Maia, 1994: 67). Estes residentes são muitas vezes originários de grupos socialmente desfavorecidos, sendo importante perceber que tipo de sociabilidades praticam e como são geridas em situações de mudança de cenários habitacionais (Freitas, 1993: 50-51).

As populações alvo de acções de realojamento, são confrontadas com novos cenários habitacionais, que correspondem ou não às suas necessidades e aspirações, implicando sempre a reestruturação dos seus modos de vida. Na maior parte dos casos, o sucesso dos

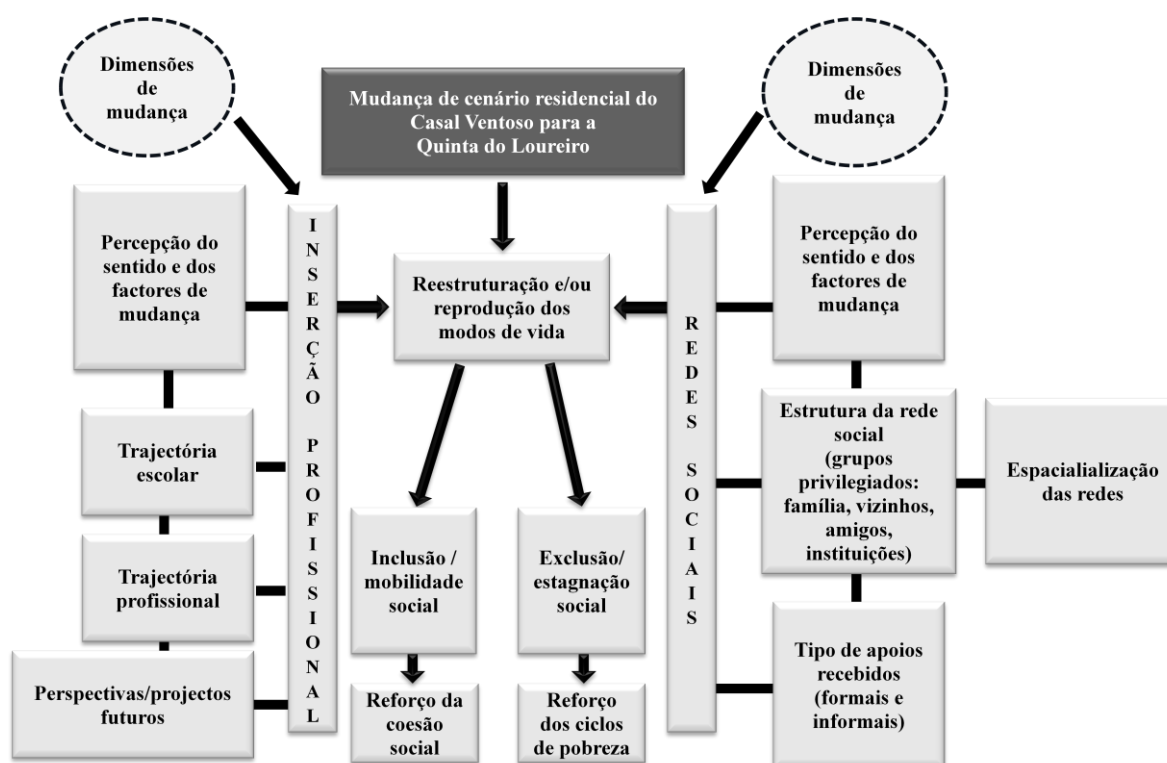
⁸ Santos, Boaventura de Sousa (1988), “Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 24, pp. 140

processos de realojamento é apenas avaliado de forma quantitativa, ou seja, analisando o número de alojamentos construídos ou o número de indivíduos e famílias realojadas. Pensa-se que a atribuição de uma nova habitação a famílias que residem em áreas degradadas da cidade, é a solução para assegurar a transformação dos modos de vida e a satisfação residencial destas populações, conduzindo à sua promoção social, o que nem sempre corresponde à realidade (Freitas, 1993: 11-12, 18).

1.4 Modelo de análise

Sustentado no enquadramento teórico, elaborámos o modelo de análise que está na base da nossa pesquisa, sendo focadas as dimensões que consideramos serem fundamentais para o estudo das reais mudanças ocorridas na vida dos indivíduos e famílias, após o processo de realojamento. Importa ter presente se este processo conduziu, de facto, a um reforço da coesão social ou, pelo contrário, veio reforçar ciclos de pobreza, comprometedores para o pleno exercício de cidadania desta população.

Figura1.1 Modelo de análise



2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Opção por uma metodologia qualitativa, através da aplicação de entrevistas em profundidade, semi-directivas

Em qualquer pesquisa social devem ser seleccionados os métodos e as técnicas que melhor se adequam ao objecto que pretendemos estudar., tendo uma particular atenção à população alvo. Ao iniciarmos o nosso estudo tivemos a preocupação de realizar uma pesquisa e análise documental, em particular no que se refere ao bairro do Casal Ventoso e Vale de Alcântara, tendo recorrido, nomeadamente à GEBALIS⁹ e Projecto AlKantara¹⁰, que nos facultaram elementos essenciais à caracterização das duas realidades residenciais.

Optámos por uma metodologia de carácter qualitativo, tendo sido realizadas entrevistas em profundidade, semi-directivas, tendo por base uma grelha analítica (Anexo A: Quadro 2.1.), na qual foram definidas as respectivas problemáticas e dimensões tendo, posteriormente, sido delineadas as categorias e subcategorias (Anexo B: Quadro 2.2.). Após estes procedimentos foi elaborado o nosso guião (Anexo C), tendo a escolha deste tipo de entrevista favorecido que os entrevistados estruturassem o seu pensamento em torno do objecto de estudo já perspectivado, permitindo um maior aprofundamento de alguns aspectos considerados pertinentes para a investigação (Albarello, *et al*, 1997: 87). A flexibilidade e a possibilidade da investigadora repetir ou clarificar algumas questões e especificar algum significado, garantindo a compreensão de todos os entrevistados, também foi uma vantagem reconhecida durante esta pesquisa (Marconi e Lakatos: 1999: 97). A adequação da linguagem é, de facto, essencial, permitindo-nos dar particular atenção ao plano cultural e, principalmente, ao capital verbal dos sujeitos alvo da pesquisa (Ghigliane e Matalon, 1995: 78).

A nossa amostra é composta por 16 indivíduos de ambos os sexos (11 mulheres e 5 homens), tendo como critérios de elegibilidade o facto de todos terem residido no bairro do Casal Ventoso e terem sido realojados na Quinta do Loureiro, enquadrando-se na faixa etária

⁹ GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EM (empresa pública, de âmbito municipal responsável pela gestão social, patrimonial e financeira dos bairros municipais de Lisboa).

¹⁰ Associação de Luta Contra a Pobreza – Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sediada do bairro Quinta do Cabrinha.

Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro

dos 25 aos 35 anos. Deste modo, todos os entrevistados tinham 18 ou mais anos à data do realojamento, permitindo-lhes ter ainda vivas as memórias do antigo bairro, sendo também umas idades em que se colocam com grande veemência questões relacionadas com a inserção profissional e as redes sociais, dimensões centrais do nosso estudo.

Tendo ainda em conta as características dos entrevistados, podemos destacar três grandes grupos: os que sempre residiram no Casal Ventoso até ao seu realojamento na Quinta do Loureiro, os que para lá se transferiram por efeitos de conjugalidade e os que foram para lá morar ainda em criança, por questões familiares.

O nosso primeiro contacto com os entrevistados realizou-se através de duas instituições: Centro Social José Luís Coelho¹¹ e SCML. A técnica da “bola de neve”, foi também utilizada, dado que em algumas situações, os próprios entrevistados indicaram outros residentes da Quinta do Loureiro seus conhecidos, o que foi fundamental para o estabelecimento de uma relação mais empática entre a investigadora e os entrevistados.

Tendo em conta que a disponibilidade do entrevistado e a sua capacidade de verbalização são critérios essenciais (Guerra, 2006: 48) em qualquer estudo desta natureza, podemos referir que o dia e a hora da realização da entrevista foram previamente acordados com os entrevistados, aos quais foi garantido que seria acautelado o seu anonimato e confidencialidade das suas respostas. Estes puderam ainda escolher o local para a realização da entrevista, tendo 10 optado pela sua própria casa, 5 pelas instalações da SCML sediadas na Quinta do Loureiro e 1 pelo seu local de trabalho. As entrevistas foram realizadas nos meses de Junho e Julho de 2009, tendo sido transcritas integralmente, evitando-se assim a perda de dados pertinentes para a análise do seu conteúdo.

¹¹ IPSS sediada junto à Quinta do Loureiro, anteriormente designada por Centro Social do Casal Ventoso.

3. CONTEXTO EMPÍRICO

3.1. Bairro do Casal Ventoso: foco de pobreza e exclusão à escala nacional

3.1.1. Localização, características e origem da sua designação

O bairro do Casal Ventoso era uma área residencial do concelho de Lisboa, que ocupava cerca de 10 hectares e que se estendia ao longo de uma das encostas do Vale de Alcântara, inserindo-se administrativamente na freguesia de Santo Condestável (Chaves, 1999: 33-34 e Menezes *et al*, 1992: 21).

Um dos seus moradores, declarou que “(...) durante a noite o Casal Ventoso até parece ser um presépio com todas as suas luzes acesas.” (Menezes *et al*, 1992: 21), no entanto, longe desta visão idílica, esta zona territorial era caracterizada pela persistência de problemas urbanísticos, apresentando um ambiente urbano degradado e diversos problemas sociais, tais como baixos níveis de escolaridade e elevado abandono escolar, altos índices de desemprego e taxa de criminalidade e delinquência, em grande medida associada ao problema do tráfico e consumo de estupefacientes e elevados níveis de exclusão social (Queirós, *et al*, 2009: 8)¹².

Inicialmente com a designação de Castelo Ventoso, esta área surge mencionada num mapa de Lisboa de 1837, sendo no entanto de destacar que, nesta data, se tratava de uma área exterior aos limites administrativos da cidade (Chaves, 1999: 50-51). O termo “Casal”, provavelmente tem subjacente a noção de *habitat* da região norte de Portugal, uma vez que muitos dos primeiros habitantes eram de origem nortenha. Este facto manifesta-se também na forma de organização das primeiras habitações, que eram envolvidas por quintas, havendo a criação de animais e culturas agrícolas. A designação de “Ventoso” teria sido adoptada, devido ao facto de naquele local soprares ventos originários da Serra de Monsanto e do Tejo (Menezes *et al*, 1992: 27).

¹²Comissão de Acompanhamento do PIC URBAN II/EMA - Equipa de Monitorização e Avaliação, reportando-se ao “Complemento de Programação, PIC URBAN II” de 2006.

3.1.2. Surgimento do bairro ligado a fluxos migratórios

De entre as várias versões sobre a origem do bairro, há uma que se refere ao seu surgimento nos finais do século XIX, devido às fábricas que existiam nas suas imediações. Os proprietários destas indústrias residiam em grandes casas e palacetes e nas terras adjacentes às fábricas construíam para os seus operários pátios e vilas para estes residirem. Os pátios e vilas assumiam os apelidos dos seus proprietários ou a actividade da fábrica. Podemos dar como exemplo a Vila Cid, Vila Amorim ou o Pátio da Seda (mais conhecido como o Pátio da Badalhoca). Não será abusivo afirmar que, certamente, estas construções não tinham presente qualquer orientação ou ideia urbanística e que, muito provavelmente, seriam de carácter clandestino (Menezes *et al*, 1992: 27-28).

Relativamente à população residente no Casal Ventoso, podemos referir que inicialmente esta era maioritariamente constituída por casais ou casais com filhos, originários de fluxos migratórios provenientes de diversos locais, nomeadamente de outras áreas de Lisboa, mas sobretudo dos distritos de Viseu, Castelo Branco e Guarda (Chaves, 1999: 62). Alguns autores referem-se à chegada de famílias oriundas do meio rural, em consequência do êxodo agrícola, que provocou vagas migratórias na década de 1950 e início da de 1960 (Menezes *et al*, 1992: 28). Os primeiros dados populacionais disponíveis, referem-se a 1960¹³, e indicam que a população residente no bairro era de 4611 indivíduos, dos quais 2310 eram do sexo masculino e 2301 do sexo feminino (Menezes *et al*, 1992: 37). Verifica-se pois, uma débil sobreposição dos residentes do sexo masculino, o que pode ser explicado pelo facto da maior parte dos migrantes serem homens. Há relatos que dão conta da existência de casas onde coabitavam apenas homens, o que não acontecia com as mulheres (Chaves, 1999: 62).

3.1.3. Do período da gandaia ao narcotráfico – Persistentes dificuldades de integração profissional

Chaves define quatro grandes períodos, essenciais à compreensão e estudo do bairro do Casal Ventoso: o período da gandaia¹⁴ (desde a edificação do bairro até ao princípio da década de 1950); o período das docas e da estiva (da segunda metade da década de 1950 a

¹³ Dados resultantes do Inquérito Habitacional aos “Bairros de Lata” e Construções Abarracadas Existentes na Área Administrativa da Cidade de Lisboa (Gabinete Técnico de Habitação, 1961), citados por Menezes *et al* (1992).

¹⁴ A gandaia consistia na “ (...) na apanha, selecção e venda dos lixos aos ferro-velhos, essencialmente trapos e cartão provenientes dos vazadouros existentes no próprio Bairro” (Chaves, 1999: 67).

inícios da década de 1970); o período das indefinições e redefinições profissionais (do início da década de 1970 ao início da década de 1980) e o período do tráfico (do início da década de 1980 até 1995) (Chaves, 1999: 61-128).

Ao nível da integração profissional dos residentes no bairro, o que importa reter em todos estes períodos, é o predomínio, em ambos os sexos, de situações precárias, com dificuldade em obter e manter os postos de trabalho, sendo a mão-de-obra pouco qualificada e com baixos rendimentos. Se nos reportamos ao período do tráfico, em particular à primeira metade da década de 1980, podemos ainda destacar que houve um acentuado aumento da situação de precariedade laboral, coincidindo com um agravamento das taxas de desemprego a nível nacional e uma maior debilidade das condições dos trabalhadores por conta de outrem. Este contexto de crise penalizou mais a população do Casal Ventoso do que de outras áreas da cidade, uma vez que a proporção de trabalhadores não especializados ou sem qualquer qualificação, tinha no bairro uma maior expressão. A partir da década de 1990, quer os numerosos desempregados, quer aqueles que prescindiram da sua inserção no mercado de trabalho, recorreram a uma nova actividade ilegal – o tráfico de drogas – que lhes possibilitava a obtenção de rendimentos elevados (Chaves, 1999: 105-106). Estes montantes permitiram, não só a substituição dos rendimentos obtidos, até então, de uma forma legal, como também dos provenientes de outras práticas, como o furto e a prostituição, cuja diminuição foi notória. A prostituição, assaltos a lojas, farmácias e a transeuntes eram, na sua maior parte, praticados pelos consumidores de droga e não pelos habitantes do bairro, à excepção dos que nele residiam há pouco tempo (alguns igualmente consumidores). Tendo em conta a existência de muitos consumidores, surgiu em muitas ruas da cidade uma outra actividade semilegalizada – a arrumação de carros (Chaves, 1999: 107).

O Casal Ventoso passou a ter uma grande mediatização, nomeadamente televisiva, sendo considerado o bairro de tráfico mais importante de Portugal, fornecendo não só a maioria dos consumidores da cidade de Lisboa, como também de outras regiões do país. A ele se chegaram a referir como o “hipermercado das drogas”, sendo reconhecido que a combinação entre uma estrutura de bairro fechada, com uma cultura própria e uma organização social especial, favoreceu o desenvolvimento de uma rede de tráfico sem paralelo (Chaves, 1999: 105; Guerra e Lages, 2002: 8). De facto, a construção desordenada, a estrutura em ravina, o espaço retalhado em vilas, pátios, ruelas, escadarias, muros, anexos e estreitas passagens, faziam com que o bairro fosse um verdadeiro *gueto*, como se não fizesse parte da cidade (CML, 1995: 6).

3.2. Vale de Alcântara como novo cenário residencial

3.2.1. Demolição do Casal Ventoso e realojamento faseado no Vale de Alcântara

A população do bairro Casal Ventoso era considerada a nível do concelho de Lisboa e, mesmo, à escala nacional, como a mais fustigada por uma realidade que se tornou num emblema de degradação física e humana, pelo que a sua reabilitação e o realojamento dos seus residentes se tornou imperioso (Sampaio¹⁵, 1995: 2). A construção da Avenida de Ceuta levou à maior exposição de toda a encosta onde se localizava o bairro, pondo em evidência os seus problemas urbanísticos e sociais que faziam, como vimos, com que esta zona fosse fortemente estigmatizada e excluída da cidade. Este bairro viria a ser demolido, tendo os seus habitantes sido realojados no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), com o financiamento do Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) URBAN I (1994-2001) (Queirós *et al* 2009: 9 e Basílio, 2008: 17).

Para quantificarmos o número de residentes no antigo Casal Ventoso, apoiámo-nos num estudo realizado em Setembro de 1996, pelo já extinto Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso (GRCV), no qual foi inquirido o universo das habitações neste bairro e apontada a existência de 3653 habitantes em alojamento (Projecto Alcantara, 2001: 10).

O realojamento desta população, ocorreu em diversas fases, de 1999 a 2002, maioritariamente, no denominado Núcleo Central do Vale de Alcântara¹⁶, constituído por três bairros: Quinta do Cabrinha, Ceuta Sul e Quinta do Loureiro. O primeiro é composto por 248 fogos e pertence à freguesia de Alcântara, estando os outros dois bairros edificados na freguesia de Santo Condestável. O bairro Ceuta Sul tem 205 fogos, sendo a Quinta do Loureiro o que apresenta maior número – 395. (Anexo D – Quadro 3.1.). De acordo com dados facultados pela GEBALIS, há ainda a referir os realojamentos ocorridos na Rua Freitas Gazul – 24 (Santo Condestável); Casal Evaristo à Rua Freitas Gazul – 36 (Santo Condestável) e Rua Maria Pia – 64 (Prazeres).

3.2.2. Bairro novo, problemas antigos e novos desafios

Se a primeira fase de intervenção no Vale de Alcântara foi concluída, havendo lugar à sua reabilitação física, o mesmo não se pode dizer da erradicação dos problemas que

¹⁵ Jorge Sampaio, à data Presidente da CML

¹⁶ Futuramente, e como forma de simplificação, utilizaremos apenas a expressão Vale de Alcântara.

continuam a afectar grande parte da população aí residente. Com a demolição do bairro do Casal Ventoso mantêm-se, nomeadamente, as dificuldades ao nível da integração da população activa e, tendo surgido novos problemas associados à disseminação do tráfico e consumo de droga para outros locais da cidade de Lisboa e da Área Metropolitana (PIC – URBAN II, 2003: 2-3).

No Vale de Alcântara, o PIC URBAN II (2002-2008) tinha como objectivo a transição de um ambiente de exclusão social para um ambiente de integração socioeconómica, caracterizado pela coesão social e o exercício de uma cidadania responsável (PIC – URBAN II, 2003: 3), baseada na inserção profissional, no sucesso escolar, no acesso a mecanismos de apoio social e na prevenção da toxicodependência no bairro e nas zonas envolventes (Queirós *et al*, 2009: 11). Avaliar a efectiva concretização deste objectivo é essencial à nossa pesquisa, sendo fulcral analisar o seu sucesso ou insucesso, de modo a melhor compreender o processo de realojamento como factor facilitador de processos de inclusão/mobilidade social.

3.2.3. Caracterização sumária da população do Vale de Alcântara

Taxas de feminização superiores, famílias nucleares mais representadas

Os dados demográficos mais fidedignos que se encontram disponíveis, foram recolhidos pelo então GRCV e reportam-se ao ano de 2002, data em que se verificaram os últimos realojamentos. Este levantamento apontava para a existência de 2105 indivíduos residentes nos três bairros que compõe o Vale de Alcântara, dos quais 1113 seriam do sexo feminino, representando 52,9%. De acordo com um inquérito¹⁷ aplicado em 2008, foi possível verificar um ligeiro aumento dos residentes nesta área geográfica, fixando-se este número em 2352, o que corresponde a um aumento de 247 efectivos, entre os quais 1240 são mulheres, sendo a taxa de feminização de 52,7%. (Basílio, 2008: 18).

Outro aspecto importante a salientar é o facto de 70% dos moradores que responderam a este inquérito, referirem que têm familiares a residir noutras habitações nos bairros do Vale de Alcântara, situação que, tal como os eventuais fenómenos de endogamia espacial na comunidade, podem desempenhar um papel estruturante nas dinâmicas demográficas daquela área residencial. No que se concerne ao tipo de famílias, existe uma representação superior de famílias nucleares, na sua maioria com filhos. (28,7%) (Basílio, 2008: 18, 20, 21, 25).

¹⁷ Inquérito realizado entre Setembro e Outubro de 2008 a 272 agregados familiares residentes no Vale de Alcântara – “Diagnóstico Sociodemográfico e Económico do Vale de Alcântara” (Basílio, 2008)

Uma população com baixas qualificações escolares e profissionais, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho

Nesta área geográfica, a população apresenta qualificações escolares muito baixas, havendo 67,3% desta população com níveis de escolaridade inferiores ao 3º ciclo (escolaridade mínima obrigatória), sendo que 83,3% não apresenta qualquer tipo de formação profissional, referindo não ter qualquer interesse em a obter (84,1%). Em consequência, quando analisamos a inserção profissional destes indivíduos, verificamos que se encontram, geralmente, integrados em profissões pouco exigentes do ponto de vista das qualificações escolares e da especialização, o que se repercute nos baixos níveis de remuneração, sendo a categoria dos “trabalhadores não qualificados” a mais significativa.

Outro dado relevante diz respeito à elevada taxa de desemprego existente no Vale de Alcântara, que se situa nos 23,7%, o que representa mais do triplo da taxa nacional, registada no 3º trimestre de 2008 (7,7%). Avaliando as desigualdades de género, verificamos que, ao contrário da tendência nacional, no Vale de Alcântara, são particularmente os homens que se encontram em maior risco de situação de desemprego, com uma taxa de 28,0%, apresentando as mulheres uma taxa de 19,6%. São também os jovens aqueles que se encontram mais vulneráveis ao desemprego (26,5%) (Basílio, 2008: 26-29).

Estes dados levam-nos a concluir que não se verifica uma melhoria efectiva da inserção profissional dos indivíduos que foram realojados, havendo a persistência das dificuldades nesta área.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização social dos entrevistados

Predomínio das famílias nucleares com filhos

Iniciamos este capítulo traçando o perfil dos 16 entrevistados deste estudo (11 mulheres e 5 homens), cujas idades, como vimos, estão compreendidas entre os 25 e os 35 anos (Anexo E: Quadro 4.1.). Quanto à estrutura familiar, esta é maioritariamente constituída por indivíduos casados ou que vivem em união de facto, sendo as famílias nucleares com filhos as mais representadas. Todos os filhos dos entrevistados são menores, tendo idades entre os 8 meses e os 17 anos.

Níveis escolares baixos, integração em profissões menos qualificadas

No que concerne às habilitações literárias, é notório um fraco investimento no percurso escolar (Anexo E: Quadro 4.2.), não tendo a maior parte dos indivíduos concluído a escolaridade obrigatória à época em que abandonaram o sistema de ensino – 9 anos de escolaridade. Em contrapartida, destacamos uma entrevistada que chegou a frequentar o ensino superior, embora não o tenha concluído.

Se compararmos a escolaridade dos entrevistados com a dos seus pais (Anexo E: Quadro 4.3.), verificamos que esta aumentou relativamente a ambos sendo, no entanto, mais elevada em relação às mães, detentoras de níveis de escolaridade inferiores (Anexo E: Quadro 4.4.). Estes dados podem ser explicados pelo normal desenvolvimento do nosso país e das suas infra-estruturas, económicas, culturais e sociais, que contribuíram para que as novas gerações apresentem habilitações superiores à dos seus progenitores, podendo, no entanto, ser considerado que nem essa mobilidade cultural é muito acentuada, nem conduz a que estes sujeitos alterem a sua posição desqualificada no mercado de trabalho (Castro e Guerra, 2010: 50). Neste sentido, as profissões principais desempenhadas quer pelos entrevistados, quer pelos seus progenitores (Anexo E: Quadro 4.5), revelam uma fraca qualificação profissional em ambas as gerações, embora também posso ser referido que houve uma melhoria mais acentuada relativamente às mães, onde as domésticas e empregadas de limpeza eram as profissões mais representadas, em consequência também da sua precária escolaridade.

Os entrevistados encontram-se, na sua maioria, integrados no mercado de trabalho, sendo trabalhadores por conta de outrem, havendo apenas uma situação de trabalhador por conta própria. Três homens e uma mulher, encontram-se em situação de desemprego, pelo que podemos afirmar, que na nossa amostra, é no sexo masculino que se verifica uma maior vulnerabilidade a este nível. Estes últimos são todos desempregados de longa duração, uma vez que estão ausentes do sistema laboral há mais de um ano, o que favorece a ocorrência de situações de pobreza e exclusão social. O desemprego de longa duração é considerado o tipo de desemprego mais grave para o sistema social e sobretudo para os próprios afectados, não só porque estes se encontram privados de rendimentos essenciais à sua sobrevivência, como potenciam a existência de tensões na família, que podem conduzir à ruptura. O desemprego pode funcionar também como estigma social, uma vez que os indivíduos nesta situação tendem a ficar cada vez mais isolados dos colegas e afastados dos locais de trabalho. Por outro lado, o prolongamento da situação de desemprego dificulta uma futura inserção profissional, uma vez que existe uma perda ou redução das qualificações profissionais, decorrentes do seu não uso, a perda de motivação na procura activa de emprego e uma representação social negativa da parte dos empregadores (Castro e Guerra, 2010: 170-171). Podemos ainda referir que nenhum dos desempregados contemplado neste estudo auferiu ou auferiu subsídio de desemprego, o que também é revelador da sua instabilidade laboral anterior. De facto, a flexibilização e precarização das relações de trabalho favorece as situações de desemprego e a debilidade a nível de rendimento (Amaro, 2003: 21-22). A exclusão das modalidades formais de contrato de trabalho e do sistema de segurança social, acentua a vulnerabilidade à pobreza por efeito de despedimento, doença, ou mesmo envelhecimento (Almeida *et al*, 1994: 9).

“Nascido e criado no Casal Ventoso” ou para lá foi morar em criança ou por efeitos de conjugalidade... a falta de alternativa habitacional

Estamos perante uma população urbana, dado que todos os entrevistados nasceram em Lisboa, tendo 10 referido que sempre residiram no bairro do Casal Ventoso até ao seu realojamento na Quinta do Loureiro. Os restantes afirmam ter vindo para o bairro ainda em criança, por motivos familiares, ou por efeitos de conjugalidade (Anexo E: Quadro 4.6.). Estes últimos optaram por vir residir com os respectivos companheiros/cônjuges para o Casal Ventoso por questões económicas, como fica patente no seguinte discurso:

Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro

“ (...) nós viemos para cá [CV] por causa do [fez gesto que representa dinheiro], era mais barato, pagávamos para aí uns 200 e tal escudos na altura, era mais acessível. Nós ainda andámos à procura noutras zonas, mas era 50 contos, 60 contos... foi por razões económicas (....).”

(E4, homem, 31 anos, casado, 2 filhos, 9º ano, empresário de restauração)

Quanto à trajectória residencial, podemos destacar que 2 dos entrevistados fizeram esforços para alterar a sua morada, tendo ambos regressado de novo à habitação anterior, passado cerca de um ano, alegando questões familiares e económicas. A saída de E2 deu-se já na Quinta do Loureiro, sendo que E4 realizou a tentativa frustrada de alteração de residência ainda no Casal Ventoso. Vejamos o testemunho deste último:

“Como a casa só tinha um quarto e ele [filho] tinha acabado de nascer, nós [ego e companheira] decidimos ir para ali, morámos ali [Alto de Santo Amaro], só que depois era muito puxado, pagávamos (...) 85 ou 86 contos e depois nós não... e era água, luz, comida, fraldas, isto, aquilo, blá, blá, blá, não dava. (...) Tivemos pena de largar a casa, mas não aguentávamos, era muita despesa (...) e depois viemos outra vez [para o Casal Ventoso].”

Esta situação ilustra a constatação de Chaves, quando refere que a fixação no Bairro do Casal Ventoso não era, muitas vezes, um processo linear, havendo diligências que eram realizadas com o objectivo de conseguir alojamento noutro espaço urbano. De facto, “Vir residir para o Casal Ventoso (...) significava descer ao mais baixo patamar da hierarquia residencial” (Chaves, 1999: 62). Processos de despromoção social traduziam-se em percursos de despromoção espacial, verificando-se a fixação no bairro em contextos de grande debilidade económica, com repercussões visíveis na própria forma de habitar (Chaves, 1999: 64).

De salientar que um indivíduo residiu temporariamente fora de Portugal, por motivos profissionais (E13). Outra especificidade refere-se ao facto de 2 dos entrevistados estarem detidos à data do realojamento, tendo após o cumprimento das suas penas, ido residir directamente para a Quinta do Loureiro (E5 e E16). Este dado revela a existência de práticas marginais no bairro do Casal Ventoso, muitas delas ligadas ao consumo e tráfico de estupefacientes.

4.2. Dificuldades apresentadas na trajectória escolar

Campo de Ourique: zona eleita para a frequência de estabelecimentos de ensino

A análise dos dados revela que a maioria dos entrevistados frequentou equipamentos escolares na zona de Campo de Ourique – actualmente designadas por Escola EB 1 n.º 6¹⁸ e Escola EB 2, 3 de Manuel da Maia. É também referido o Centro Social do Casal Ventoso, onde frequentaram o ensino pré-escolar ou Actividades de Tempos Livres (ATL) e a Associação de Moradores do Casal Ventoso¹⁹ (Anexo F: Quadro 4.7).

Evidencia-se a excepção de E2 que, apesar de ter residido no antigo Casal Ventoso, não frequentou os equipamentos escolares onde habitualmente se integravam as crianças oriundas deste bairro, a não ser a Escola EB 2,3 de Manuel da Maia. Segundo a entrevistada, por intermédio da sua mãe que tinha alguns conhecimentos, esteve inserida na Creche do Jardim da Estrela e Associação Infantil de Santa Isabel. Esteve ainda matriculada na Escola D. Maria I e Escola David Mourão Ferreira. Ingressou na Universidade Católica, onde durante um ano, foi aluna do curso de Serviço Social, o qual viria a abandonar, tendo no ano lectivo seguinte, sido admitida na Universidade Clássica, no curso de Filosofia, que também não viria a concluir, por necessidade de optar pela inserção profissional.

Dificuldades económicas determinam situações de abandono escolar precoce

Nas entrevistas realizadas, destaca-se o abandono escolar precoce, ocorrido antes da conclusão da escolaridade obrigatória e durante a adolescência, sendo que 12 dos entrevistados estavam fora do sistema escolar antes de completarem 18 anos (Anexo F: Quadro 4.8.).

Quando questionámos o motivo pelo qual abandonaram a escola, a esmagadora maioria aponta motivos económicos e a consequente necessidade de contribuírem para o orçamento familiar, através da sua integração no mercado de trabalho. O desinteresse pela escola é também apontado, havendo alguns entrevistados que referem o facto de terem colegas do Casal Ventoso, como prejudicial para o seu percurso escolar (Anexo F: Quadro 4.9.).

Apesar de longa, optámos pela transcrição que se segue, uma vez que ela consegue traduzir os vários aspectos que acabámos de abordar:

¹⁸ Também conhecida como “Escola da Câmara”.

¹⁹ Também conhecida como “Chalet”

**Descendo a Encosta
do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro**

“ (...) era um bocado calona, admito que era um bocado calona (...) mas também apanhava várias turmas do Casal Ventoso de Cima e de Baixo (...). Um ano (...) apanhei a pior turma que podia existir na escola (...) eu tive um colega meu, inclusive que disse que se a professora não o passasse, lhe dava um pontapé, que a criança lhe saía pela boca (...). Nesse ano tive 9 professores, desistiam! Então vinham-se embora porque tinham medo, coitados de lá ficar. Depois falava-se do Casal Ventoso, que naquela altura, entre aspas, já tinha má fama, não é? (...) Eu disse para a minha mãe: ”Mãe, não vale a pena, porque eu não gosto de estudar, não vale a pena estarem a gastar dinheiro comigo.” (...) não havia assim muito dinheiro (...) e pronto, a gente optámos por eu ir trabalhar.”

(E1, mulher, 35 anos, casada, 1 filha, 4º ano, auxiliar de lar)

Numa situação é também apontada a situação de gravidez da entrevistada, que a impediu de prosseguir os seus estudos:

“ (...) comecei a fazer umas avariazinhas típicas da adolescência, comecei a fugir à escola para ir ter com os namorados e aquilo descambilhou ali um bocadinho. Fui mãe aos 13 anos, deixei a escola, na altura não se podia estar grávida na escola.”

(E14, mulher, 30 anos, casada, 6 filhos, 9º ano, em formação profissional)

Parece-nos também pertinente valorizar a percepção que E2 faz da sua trajetória escolar, dado que esta se destaca dos restantes entrevistados, pelo facto de ter frequentado o ensino superior. Assim, esta verbaliza:

“ (...) eu gostava da escola, eu sempre gostei da escola. Sempre! (...) Foi [importante estudar noutras escolas], porque eu passei a lidar com pessoas que não eram pessoas como nós costumamos chamar, as de bairro, não é? (...) eu tinha amigos que eram filhos de advogados, filhos de não sei quê, e assim o nível cultural, que é completamente diferente e eu passei... eu passei a ter conhecimento que existiam coisas que acho que eu no Casal Ventoso eu nunca iria ter, como os musicais (...) conseguimos ir a Roma duas semanas (...) eu acho que fui uma sortuda.”

(E2, mulher, 29 anos, casada, 2 filhos, frequência do ensino superior, auxiliar de lar)

Em sintonia com o referido pela entrevistada, podemos colocar como hipótese que esta alcançou um maior sucesso escolar, devido ao alargamento das suas redes sociais, favorecido

com o acesso a estabelecimentos de ensino fora do circuito normal dos restantes residentes no bairro do Casal Ventoso.

Processos de RVCC e de formação profissional como meio de melhoria das qualificações académicas e profissionais

Neste campo, importa destacar que 3 indivíduos retomaram a frequência escolar após o realojamento, quer através da integração em cursos de formação profissional indicados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), quer através de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), facto que lhes permitiu um aumento da sua escolaridade. Assim, E6 tinha o 6º ano e após frequência de um curso de geriatria, ficou com equivalência ao 9º ano, apesar de não ter concluído o referido curso, por não ter feito o estágio. Quanto aos processos de RVCC, estes foram acompanhados por duas instituições localizadas próximo do local de residência dos sujeitos: Projecto AlKantara (E13) e Ajuda de Mãe (E14). No que toca à melhoria escolar, E13 tinha o 5º ano e atingiu o 6º ano e E14 tinha o 6º ano e adquiriu o 9º ano.

Ainda relativamente à questão da formação, importa ressaltar que, à data da realização da entrevista, E5 e E14 encontravam-se integrados em processo de RVCC e formação profissional, respectivamente. O primeiro é acompanhado no Projecto AlKantara e pretende completar o 9º ano e E14 foi encaminhada pelo IEFP, para o Instituto Piaget, no Pragal, onde informa ter a possibilidade de concluir o 12º ano e obter uma carteira profissional na área da gestão e ambiente. Na área da formação profissional, são 3 os entrevistados que afirmam ter um curso: E9 na área da informática, E15 de cabeleireira e E16 de ajudante de cabeleireira.

4.3. (Des) inserção profissional, continuidades e intermitências

Início do percurso profissional na adolescência, trabalhos perto de casa

A análise da trajectória profissional revela que o ingresso dos entrevistados no mercado de trabalho ocorreu, para a sua quase totalidade na adolescência, após abandono escolar precoce e em ocupações não qualificadas (Anexo G: Quadro 4.10). Apenas uma das entrevistadas se inseriu profissionalmente após a conclusão de curso de formação profissional.

Podemos afirmar que a educação constitui um investimento com um retorno importante, embora somente visível a longo prazo, pelo que, em famílias que apresentam

dificuldades em assegurar as necessidades básicas, seja difícil assistir à sua valorização, prevalecendo o acesso precoce ao mundo laboral (Sousa, *et al*: 2007: 26).

Outro aspecto interessante a reter, é o local onde os entrevistados desenvolvem a sua actividade profissional (Anexo G: Quadro 4.11). Dos 10 sujeitos que se encontram integrados no mercado de trabalho, 7 declaram trabalhar na freguesia de Santo Condestável (Quinta do Loureiro ou rua adjacente e Campo de Ourique), 3 na Lapa e 2 na linha de Sintra. É pois, de assinalar uma fraca mobilidade dos entrevistados, para zonas distantes da sua área de residência, quando se trata da sua inserção profissional. Este facto pode estar relacionado com a forma preferencial de obtenção de emprego identificada pelos entrevistados: “os conhecimentos”, como veremos de seguida.

A importância dos “conhecimentos” para a integração profissional

A totalidade dos sujeitos entrevistados tem como modo privilegiado de acesso ao mercado de trabalho “os conhecimentos” através de familiares, amigos ou outros (Anexo G: Quadro 4.12.), o que fica evidente através dos seguintes discursos:

“Felizmente não. Por acaso não senti isso [dificuldade em conseguir emprego], porque lá está, tive a sorte de ter um conhecimento daqui, um conhecimentozinho dali...”
(E2)

“Consegui ir para lá [tipografia], porque me meteram lá a trabalhar, porque havia lá pessoas conhecidas que estavam lá a trabalhar.”

(E3, homem, 32 anos, solteiro, sem filhos, 4º ano, impressor de *off-sett*, desempregado)

A este respeito, Lemieux e Ouimet, citam Granovetter, segundo o qual durante a procura de emprego, os laços fracos são geralmente mais úteis do que os laços fortes. Os primeiros, também chamados de frouxos, unem-nos preferencialmente a “conhecimentos”, parentes mais afastados, antigos colegas de turma, vizinhos que não são amigos. Por seu turno, os laços fortes, também designados de estreitos, são aqueles que nos unem aos “parentes”, pais, amigos, cônjuges. Assim, é defendido que as redes dos laços fortes têm mais tendência para se fecharem sobre si mesmas, ao passo que as redes de laços fracos tendem, preferencialmente, a abrir-se para o exterior, propiciando uma maior transmissão de nova

informação, útil para lançar pontes locais entre conjuntos de actores que de outra forma se encontrariam isolados (Lemieux e Ouimet, 2008: 52-53).

Para além dos “conhecimentos”, há ainda a registar os indivíduos que revelam também fazer diligências, por sua iniciativa e os que manifestam um claro descrédito face à intervenção do Centro de Emprego. Vejamos alguns testemunhos desta última situação:

“ (...) quando a gente vai lá ao Centro de Emprego não há nada.”

(E5, homem, 30 anos, casado, 1filho, 5º ano, padeiro, desempregado)

“Nunca me chamam. Estou farto de ir ao Centro de Emprego, se calhar é uma perda de tempo.”

(E9, homem, 31 anos, solteiro, sem filhos, 10º ano, técnico de informática, desempregado)

“Está sempre cheio [Centro de Emprego], há gente na rua. Senão há para aquelas pessoas, o que é que eu vou lá fazer?”

(E11, mulher, 28 anos, solteira, 1 filha, empregada doméstica)

Uma das entrevistadas refere ainda que se inseriu profissionalmente, através do Estabelecimento Prisional onde se encontrava detida, uma vez que estava integrada no Regime Aberto Virado para o Exterior (RAVE), mantendo o seu local de trabalho ainda algum tempo após a saída em liberdade e até conseguir uma nova colocação.

4.4. Reduzidos impactes ao nível da inserção profissional

Quando interpelamos os entrevistados acerca dos impactes sentidos, após o realojamento, ao nível da sua inserção profissional (Quadro G: Quadro 4.13), a percepção da maioria é de que a mudança de residência não provocou uma alteração significativa nesta área. Alguns referem que sempre deram a sua morada real, tanto no Casal Ventoso, como na Quinta do Loureiro, nunca tendo sentido discriminação face às entidades empregadoras, o que é perceptível nos seguintes discursos:

“ (...) nunca tive desprezo de dizer que morava naquele sítio, sempre dei a morada do Casal Ventoso, era onde eu morava, estar a fazer falcattruas não valia a pena.”

(E8, mulher, 25 anos, solteira, sem filhos, 5º ano, encadernadora de off-set)

Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro

“Eu dizia. “Olhe eu sou do Casal Ventoso e venho à procura de trabalho.” Aí, eu nunca tive dificuldades em nada, porque era “Bem, se esta pessoa vem à procura de trabalho é porque quer levar uma vida normal” E nunca fui rejeitado, sempre fui bem recebido.” (E13, homem, 31 anos, casado, 4 filhos, 6º ano, motorista, reformado por invalidez)

Nesta área, uma opinião oposta é manifestada por outros entrevistados, que consideram que tanto a morada anterior como a actual, constituem factores que dificultaram e dificultam a sua inserção laboral, uma vez que as pessoas do exterior associam de imediato os moradores da Quinta do Loureiro, como sendo os do antigo bairro do Casal Ventoso, o que fica ilustrado neste dois testemunhos:

“(…) depois de ter a fama que começou a ter [o CV]²⁰, é que era mais difícil[conseguir emprego] e hoje em dia também é um bocado difícil... porque quando a gente dá a morada, eles vêm logo donde é que é, vêm que é pessoas do Casal Ventoso. “A gente depois chama” e nunca chamam... é assim.” (E3)

“São coisas que me vêm à cabeça (...), penso que as pessoas por serem do Casal Ventoso são escorraçadas do mundo, está a perceber? Por causa duns pagam os outros. Eu nasci no Bairro, não tenho culpa e não tenho vergonha de ter nascido onde nasci (...) mas as pessoas de fora não vêm isso com bons olhos. (...) Às vezes penso que sou discriminado por causa da morada, mas aquela morada [CV] já não existe. Eu acho que as pessoas se deviam esquecer disso. Aqui é um sítio novo (...)” (E9)

Também é interessante verificar que alguns entrevistados reconhecem que quando moravam no Casal Ventoso optavam, conscientemente, por não dar a sua real morada quando diligenciavam no sentido da obtenção de um emprego. No excerto que se segue, E4 fala-nos da sua experiência pessoal:

“(…) eu nunca dava a morada daqui [CV], dava sempre (...) a dos meus pais [na Ajuda]e mesmo só mudei no Bilhete de Identidade e na carta de condução(...) já aqui [QL].²¹ Passa mais despercebido agora (...) já não há tanta discriminação, agora é diferente, totalmente diferente, porque sabem, pronto que o ambiente aqui mudou e as pessoas têm de mudar de obriga (...)”.

²⁰ CV – Casal Ventoso

²¹ QL – Quinta do Loureiro

Esta afirmação corrobora a constatação de Chaves, quando refere que residir no Casal Ventoso acarretava formas de segregação no trabalho, sendo comum usar a estratégia de dar outra morada, como por exemplo casas de familiares ou de conhecidos fora do bairro. A estes habitantes, era muitas vezes imputada a associação a potencial traficante de estupefacientes, o que constituía um poderoso factor desqualificação. Chaves reporta-se a Goffman, defendendo que estes moradores transportavam consigo um estigma, tendo fortes probabilidades de ser vistos por sujeitos exteriores ao bairro, como “desacreditados”, quando tinham conhecimento da sua proveniência espacial (Chaves, 1999: 118).

De destacar que uma das entrevistadas faz referência ao facto de residir na Quinta do Loureiro ter sido um factor que favoreceu a sua inserção profissional, uma vez que a instituição onde trabalha privilegia residentes deste bairro, dada a sua proximidade.

4.5. Impactes sentidos ao nível das redes sociais: desestruturação e fragilização das redes locais

Desagrado com a “mistura” de residentes do Casal Ventoso de Cima com os do de Baixo e com a separação da família e redes de vizinhança

A opinião expressa pelos entrevistados demonstra um desagrado geral pela forma como foi conduzido o processo de realojamento (Anexo H: Quadro 4.14), nomeadamente no que concerne à distribuição dos moradores. A dispersão dos seus familiares e vizinhos por diferentes prédios na Quinta do Loureiro, ou mesmo nos outros bairros do Vale de Alcântara e a fusão entre moradores do Casal Ventoso de Cima com os do Casal Ventoso de Baixo, são aspectos apontados como negativos. Vejamos algumas opiniões manifestadas:

“Aqui misturaram muitas pessoas do Casal Ventoso de Cima e do Casal Ventoso de Baixo. As pessoas conheciam-se, mas era “bom dia”, “boa tarde”, não era aquela amizade.”

(E6, mulher, 30 anos, casada, 2 filhos, 9º ano, empregada de balcão)

“[a distribuição] não está bem feita, porque alguns moravam mesmo ao pé da gente e foram para o Cabrinha (...). Não há organização (...) ficaram todos espalhados, todos divididos e devia ser aqui só Casal Ventoso de Baixo, ali só Casal Ventoso de Cima. Não havia cá confusões! Agora está tudo espalhado.” (E8)

“Aqui meteram as pessoas dentro duma betoneira, embrulharam isto tudo e olhe, separaram-nos. (...) Estamos um bocado dispersos.” (E13)

Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro

Nesta área, importa questionar quais foram as intenções políticas que estiveram na base deste processo de realojamento. A dispersão de alguns moradores terá sido intencional, como forma de dispersar os focos de problemas existentes no bairro, conduzindo, nomeadamente ao enfraquecimento das redes económicas criminais? Houve algum mecanismo compensador que propiciasse a reactivação das redes sociais dos residentes?

Nesta sequência, importa reter a opinião positiva manifestada por E4, em relação ao realojamento conjunto dos residentes oriundos dos dois Casais:

“Isto ficou tudo misturado: Casal Ventoso de Cima com Casal Ventoso de Baixo, por isso acho que foi bom, porque se metessem todos da mesma zona no mesmo sítio, acho que não ia dar certo outra vez.” (E4)

Destacamos ainda a percepção de que o processo de realojamento não respeitou os residentes do bairro do Casal Ventoso, denunciando que não se tratou de um processo participativo, como fica explícito no seguinte trecho:

“Foi tudo muito à pressa, foi tudo... e vamos embora, todos para a rua e quem quiser quer, quem não quiser não quer e vamos todos embora e esqueceram-se de pensar um bocadinho nas pessoas. Não houve um pensamento positivo para as pessoas que sempre viveram dentro do bairro [CV] e que o viram construir.”

(E16, mulher, 30 anos, casada, 3 filhos, 9º ano, ajudante de cabeleireira)

Estas percepções condicionam a forma como a população realojada experiencia as vivências no novo bairro, preponderantes para a sua adaptação ao novo cenário residencial.

Dos pátios para os prédios... a perda de laços de vizinhança e de solidariedade

Quanto à reestruturação das redes de vizinhança (Anexo H: Quadro 4.15.), a nova organização espacial é encarada como um factor essencial, que está na base das novas relações estabelecidas. É manifestado um sentimento geral de que a transferência de casas térreas, algumas localizadas em pátios, para prédios, conduziu à perda de laços de vizinhança e de solidariedade:

“Ficámos, prontos, foi um bocado deslocados, porque lá era portas com portas e convíviamos mais.” (E13)

Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro

“(…) em relação ao convívio com as pessoas, as pessoas estão mais afastadas do que antigamente [no CV], porque isto é um prédio [na QL], não é? Antigamente bastava ir à porta de casa e já víamos os vizinhos todos. (...) Antigamente abríamos a porta ou a janela para a casa apanhar ar e víamos as vizinhas. Agora não, é diferente, não há tanta comunicação, só se formos para a rua, pronto.”

(E15, mulher, 31 anos, casada, 3 filhos, 9º ano, cabeleireira, desempregada)

É reconhecido que a existência de um elevado número de pátios e vilas no Casal Ventoso, constituía um importante factor de desenvolvimento das relações sociais locais (Menezes *et al*, 1992: 74). A par de uma generalizada degradação habitacional, juntava-se um sentido de associativismo, de interligação e de inter-ajuda, que eram considerados raros e substanciais (CML, 1995: 6).

Outro dado relevante descrito, é a adopção de uma postura mais distante e até mesmo de superioridade, por parte dos antigos moradores do Casal Ventoso, como fica patente nos seguintes discursos:

“Acho mesmo diferença nos vizinhos. É que a gente passa na rua e dá a salvação, não é? Eu dou a salvação a toda a gente e acho que às vezes as pessoas falam por favor, e pronto, nota-se a diferença. Lá em cima [CV] por exemplo era “Olha precisava duma batata, olha precisava duma cebola.” (E1)

“Aqui algumas pessoas fecharam-se mais. Algumas a gente até costuma dizer que subiu-lhes a casa à cabeça! Se calhar acham-se muito importantes. “

(E12, mulher, 35 anos, casada, 2 filhos, 7º ano, operadora de supermercado)

“Eu acho que estes bairros fizeram mal à cabeça de muita gente, viviam nas barracas, andavam de pé descalço, se calhar iam pedir a esta e àquela um prato de sopa e não tinham vergonha nenhuma. Vieram para os bairros, são muito finas, só usam sapatos de salto alto e não pedem nada a ninguém.” (E14)

O novo cenário residencial trouxe também consigo novas alterações na convivência com os vizinhos do prédio, algumas geradoras de mal-estar, tal como nos indica E13:

“O barulho dos vizinhos, que a gente não dorme. São muitas pessoas dentro da mesma casa, tem muitas crianças e andam a correr dum lado para o outro.”

Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro

Estes registos podem estar relacionados não só com a actual morfologia habitacional, como também com a dificuldade em estabelecer relações de proximidade com os novos vizinhos.

Em contraste com o Casal Ventoso, na Quinta do Loureiro não se poder deixar a porta de casa aberta, facto que foi salientado por alguns entrevistados:

“ Ainda me lembro, quando era pequena, de dormir com a porta aberta [no CV] (...). Hoje em dia [na QL], nem com a porta fechada a sete chaves estamos seguros aqui.” (E1)

Outro elemento interessante é o facto dos indivíduos também terem feito referência ao facto das pessoas que residiam juntas no pátio do Casal Ventoso, serem consideradas “da família”:

“(…) nós lá no Casal Ventoso, nós vivíamos todos em conjunto, era como se fossemos todos uma família muito grande (...) e então havia sempre quem ajudasse.” (E2)

Estas descrições estão associadas à reflexão de Bott, segundo a qual as relações informais, ou seja relações com amigos, vizinhos e parentes, são mais valorizadas e sentidas como tendo uma grande importância pessoal e afectiva, do que as relações mais especializadas e formais, sendo habitualmente mantidas entre pessoas consideradas socialmente semelhantes à própria família. A rede de uma família tornar-se-á de malha mais frouxa se a família ou os outros membros da rede se distanciarem física ou socialmente, sendo os seus contactos mais escassos e havendo o estabelecimento de novos relacionamentos (Bott, 1976: 113, 116).

Ao nível das redes sociais, parece-nos também importante salientar a opinião de um dos entrevistados, que manifesta que o realojamento na Quinta do Loureiro favoreceu o estabelecimento de novas relações fora do bairro, sendo este facto encarado como positivo.

“Antes [no CV] as pessoas só conviviam com pessoas dentro do bairro, porque havia gente que se fosse preciso, durante 10 anos nunca saía dali, não é? Aqui não, já têm de ir para Alcântara, outros têm de ir para Massamá, outros para Loures, é normal. Vai-se convivendo uns com os outros. Acho que foi tudo para melhor.” (E4)

Ao nível das redes de vizinhança, são também apontadas algumas alterações sentidas pelos entrevistados, no que se refere à interferência na vida privada por parte dos vizinhos. Se no Casal Ventoso esta era encarada como positiva, no sentido de que se efectuava com o

sentimento de real preocupação ou tentativa de ajuda, na Quinta do Loureiro, esta intromissão é vista, actualmente, com o intuito de se “saber da vida dos outros”.

Outra transformação sentida foi ao nível do comércio local, no qual há agora a dificuldade de se comprar fiado, o que traduz uma alteração nas redes de confiança estabelecidas na comunidade.

“ [no CV] havia aquela coisa: “Ah, não tenho dinheiro, então vou pedir fiado à mercearia” e lá íamos ao Sr. Chico, coitadinho, que até ao fim do mês lá aguentava a conta e no fim do mês nós pagávamos-lhe. Aqui [QL] deixou de haver. Aqui se formos beber um café e dissermos “Olha, não trouxe a carteira, já te venho pagar”, as pessoas já nos olham de lado.” (E2)

A conjugação dos vários factores apontados, leva a que metade dos entrevistados chegue mesmo a verbalizar que preferia morar no Casal Ventoso, manifestando um sentimento saudosista em relação às memórias que tem daquele bairro, revelando, em simultâneo, uma dificuldade na adaptação e estabelecimento de novos laços na Quinta do Loureiro.

A família surge como a maior fonte de suporte social – o predomínio do apoio no feminino

Quanto às fontes de suporte social (Anexo H: Quadro 4.16.), é relevante referir que após o realojamento dos habitantes do Casal Ventoso, houve o surgimento de instituições sediadas nos bairros do Vale de Alcântara, que passaram a apoiar a população aí residente. Destas, são destacadas pelos entrevistados o Projecto AlKantara, Crescer em Rede, LINADEM²², Associação Passo a Passo e a Unidade de Saúde Santa Casa (USSC) da SCML, na Quinta do Loureiro. O recurso ao nível dos serviços de saúde, o apoio de géneros alimentícios e a prestação de Rendimento Social de Inserção (RSI) são os mais representativos da rede formal.

Neste item, é ainda obrigatório fazer referência à rede informal, sendo o apoio prestado por familiares, em particular, pelas mulheres, o que assume maior relevo para os entrevistados. Deste modo, podemos evidenciar o apoio a nível cuidativo, quer para o próprio, quer para os seus descendentes. O apoio económico também é maioritariamente atribuído, por familiares mulheres.

²² Liga para o Estudo e Apoio à Inserção Social

Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro

Transcrevemos alguns discursos de entrevistados, que relatam o que acabámos de mencionar.

“Eu faço as refeições na casa da minha mãe (...) ela é que está a pagar a minha casa, a renda, a água, a luz (...) a minha mãe carrega o 7 Colinas.” (E3)

“Entro [no trabalho] às 4h30 e saio à meia-noite e ela [mãe] fica na minha casa e dá banho a eles [filhos], dá o jantar e quando eu chego já está tudo preparado. (...) Durante a semana é a minha mãe e ao fim-de-semana é a minha irmã.” (E6)

“Quando saio para trabalhar, levo-a [à filha] para a minha irmã. (...) Quando venho às 10 e tal, 11h é que vou lá buscá-la. A maior parte das vezes já está a dormir. A minha irmã é que dá o banho, refeições.”

(E7, mulher, 25 anos, casada, 1 filha, 8º ano, copeira)

Estes dados vêm corroborar a constatação de vários estudos a nível europeu sobre as redes de entreajuda e solidariedade, sendo legítimo reconhecer a expressão que assumem as relações de parentesco intergeracionais (verticais e directas, isto é, entre progenitores e descendência imediata), bem como a representatividade assumida pela participação feminina ou por via feminina nas ajudas. Se considerarmos as ajudas quotidianas existentes na vida familiar, podemos destacar que a mãe é responsável pela sua maior parte, o que parece demonstrar a sua importância no dia-a-dia da vida familiar (Vasconcelos, 2005: 610-612).

Duas das entrevistadas fazem referência ao apoio atribuído pelo progenitor dos seus filhos, de quem se encontram separadas. Embora nenhuma delas tenha regularizada a atribuição de uma pensão de alimentos, referem que contam com o apoio do pai da criança, como ilustra a seguinte entrevista:

“ (...) não dá alimentação [pensão de alimentos], mas tudo o que eu precisar para o meu filho, eu sei que ele dá... vestuário, calçado, se ele precisar de óculos (...). Ele passou agora para o 5º ano e a gente pensou comprar uma bicicleta, fui falar com ele para comprar a meias.” (E6)

Apesar da redução apontada nas relações com as redes de vizinhança, estas continuam a estar presentes e a ser significativas para os entrevistados, facto apontado por 6 deles.

4.6. Impactes sentidos no quotidiano

A conquista de uma casa apontada como o mais relevante, senão o único, aspecto positivo

Quando questionamos sobre o impacto do realojamento no quotidiano, no que respeita à habitabilidade (Anexo I: Quadro 4.17.), 10 entrevistados mencionam, como único aspecto positivo, a melhoria das condições da habitação, sendo explicitado por metade o descontentamento face à pouca manutenção das áreas comuns do prédio, sendo mesmo considerado que existe uma vandalização dos espaços comuns. A pouca higienização do bairro, é também apontada, como um aspecto negativo do novo bairro. Vejamos algumas destas opiniões:

“O prédio está sempre muito sujo. (...) às vezes não temos elevadores, não temos luzes, agora temos elevadores e depois não temos luzes. Era aqui uma caldeirada! (...) não há limpeza aqui, porque é um prédio que mete nojo, até tenho vergonha de morar aqui. (...) Eu às vezes até digo à minha vizinha que esta gente devia era montar ali uma tenda na serra e morarem ali. Há casas que já não têm portas, já não têm janelas, estragam estores, estragam tudo. Há pessoas aqui que não estimam, isto se formos a ver as casas são boas.”

(E 10, mulher, 29 anos, solteira, sem filhos, 4º ano, ajudante de cozinha)

“Acho que o bairro é muito sujo, inclusive tem montes de baratas, tem montes de ratos. É assim, eles andaram a fazer aí desbaratizações e desratizações, mas os bichos continuam a haver. (...) A limpeza do prédio também é má (...). As pessoas não têm cuidado com as coisas.” (E12)

A intervenção da GEBALIS é referida por alguns entrevistados como sendo insuficiente, considerando que há uma desresponsabilização face a algumas situações que ocorrem, quer nas casas/prédios, quer no próprio bairro. Parece-nos que este facto vem corroborar a ideia de que o realojamento foi um processo pouco participativo, que não fomentou uma apropriação e responsabilização das habitações.

“Nós para eles [GEBALIS] somos merda, desculpe lá o termo, mas é. Nós somos merda, pronto.” (E4)

“Quando temos um problema em casa e vamos à GEBALIS, primeiro que resolvam o nosso problema, da nossa casa, demora muito tempo, é só quando temos as rendas em atraso.” (E13)

Outro aspecto negativo salientado por 4 dos sujeitos é o aumento das despesas que implica residir na nova casa, nomeadamente o pagamento da renda, água e electricidade, o que fica explícito na seguinte transcrição:

“As despesas aumentaram: lá em cima pagava 2,50 €, 500 escudos, naquela altura, vim cá para baixo a pagar 18 contos e 400. (...) Aqui a água é mais cara, a luz é mais cara, o gás é mais caro. Pensando que não, não sou só eu que me queixo, toda a gente se queixa, pronto.” (E1)

Podemos constatar que a auscultação aos entrevistados revela que existe uma discrepância entre o nível de satisfação relativa à nova casa e ao bairro. Se por um lado, a casa é a concretização de um sonho e o espaço habitacional monopoliza as opiniões mais positivas, por outro, há uma clara manifestação de sentimentos de insatisfação perante o novo bairro, o que pode ser descrito como “o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro” (Pinto, 1994: 36-37).

Os serviços de proximidade ficaram mais distantes – “Aqui não há nada!”

No que concerne aos serviços de proximidade (Anexo I: Quadro 4.18.), é notório um desagrado geral dos entrevistados, face ao que consideram ser a inexistência de mercearias, talho/ peixaria, farmácias, o que contrasta com o acesso a estes serviços no antigo bairro, considerando que as compras em Campo de Ourique eram mais facilitadas do que actualmente o são nas deslocações a Alcântara. Uma das entrevistadas manifesta com veemência o seu descontentamento:

“Ali [CV] tínhamos tudo e aqui [QL] não temos nada. (...) Nem uma mercearia, nem um peixaria, nem um talho. Aqui não há nada!” (E16)

Tal como já abordámos em relação às fontes de suporte social, o facto de ter passado a haver serviços/instituições sediados no próprio bairro, é encarado como positivo por alguns dos entrevistados, fazendo referência, entre outros, a equipamentos escolares e serviços de saúde.

Imagem e identidade do bairro – alterações sentidas

Ao longo dos anos, foi construída uma imagem à volta do Casal Ventoso e dos seus residentes (Anexo I: Quadro 4.19.), havendo algumas pessoas exteriores ao bairro que, apesar da curiosidade, tinham receio ou nem ousavam lá entrar, facto que foi referido por 4 entrevistados. De facto, a ideia de que este bairro não era um lugar seguro, foi amplamente veiculada, para o qual muito contribuiu a mediatização, nomeadamente a televisiva. Surgiram construções mentais, de que esta era uma área onde as “pessoas normais” não entravam (Chaves, 1999: 114-115), uma zona que, embora se localizasse na cidade de Lisboa, era como se fosse no seu exterior, sendo considerada “fora da lei” (CML, 1995: 3).

Esta percepção é relatada por um dos entrevistados que sente, no entanto, ter havido uma alteração positiva a esse nível, após o realojamento:

“Agora as pessoas têm menos medo de vir ao Loureiro, isso é verdade, porque taxistas não entravam dentro do Casal Ventoso e agora não, agora entram (...).” (E3)

Ainda no que toca à imagem criada relativamente aos moradores do Casal Ventoso, é interessante reter dois relatos de reacções. Uma das entrevistadas descreve a estupefacção e incredulidade do patrão, quando o informou da sua morada e outra como foi confrontada com a apreensão da sua futura sogra:

“ (...) ele [patrão] disse “Vou [assinar o contrato] porque você nem parece do Casal Ventoso!” (...) fez um ar tão espantado, tão admirado por eu ser do Casal Ventoso (...) havia muito aquela coisa de que uma pessoa do Casal Ventoso é uma pessoa que só diz asneiras, tem um ar muito reles (...) eu na altura estudava no 12º ano (...) e tinha uma maneira de vestir assim pipi. Então ele via-me entrar e dizia assim “Não, esta não! Não pode ser!” E eu dizia “Mas eu sou, eu sou!” [do CV] (E2)

“ (...) a minha ex-sogra, quando soube que eu era do Casal Ventoso, a mulher ia tendo um choque! Foi um choque muito grande para ela (...) a mulher ficou assim um bocadinho assustada (...). Ela morava em Alcântara e Alcântara não tinha nada a ver com o mundo do Casal Ventoso, era um mundo à parte.” (E6)

Vários entrevistados verbalizam ter, actualmente, um maior sentimento de insegurança, quer em relação a si próprios, quer em relação aos seus filhos.

A menor associação da Quinta do Loureiro ao tráfico de drogas e suas consequências, é apontado por 2 entrevistados, ao passo que 3 manifestam exactamente uma percepção oposta, considerando que se manteve ou até agravou esta prática, sendo referido:

“ a Quinta Loureiro é um segundo Casal Ventoso ”.

(E10, mulher, 29 anos, solteira, sem filhos, 4º ano, ajudante de cozinha)

Imagem de si e alterações no modo de vida

Quando é abordada esta questão junto dos entrevistados (Anexo I: Quadro 4.20.), a grande maioria afirma que se sentem respeitados da mesma forma, quer quando moravam no Casal Ventoso, quer na nova morada. Ao invés, um dos entrevistados sente-se igualmente discriminado, antes e após o realojamento.

O “trabalhar por objectivos” e a aquisição de uma nova mentalidade por parte dos moradores, é encarado como positivo por 5 entrevistados, havendo 2 que referem explicitamente o desenvolvimento de expectativas positivas em relação aos filhos, o que está patente nos seguintes excertos:

“E a malta da geração da minha mulher, de duas ou três gerações abaixo (...) foram criados, pronto com outra mentalidade (...) o dinheiro é fácil, a vida é fácil, queres um carro toma um carro, queres uma mota, toma uma mota e a escola não é preciso, não é preciso ires para a escola, queres comprar uma vivenda, compras uma vivenda (...) [Agora] já tem de se estudar para se ganhar esse dinheiro, para poder ter uma formação profissional (...) nesse aspecto foi bom, muito bom.” (E4)

“Acho que as pessoas aqui estão mais motivadas, acho que se motivaram mais para conseguir trabalho, meter a casa como deve ser.” (E9)

Uma alteração importante sentida ao nível do modo de vida, é o maior tempo passado dentro de casa. Podemos considerar que este centramento sobre a casa, sentido quer em homens, quer em mulheres, não indica apenas um maior dispêndio de tempo nela, materializando-se igualmente num duplo fechamento social e espacial em torno da nova habitação, com repercussões importantes não só em termos de perdas de sociabilidades locais, como também na redução de outros espaços apropriáveis mais diversificados e alargados. Este isolamento social e espacial manifesta-se na redução dos tempos de convivência com amigos e vizinhos, o que pode ser facilmente explicado pelas características morfológicas dos

novos modelos habitacionais, uma vez que a construção em altura bloqueou a existência de importantes espaços de sociabilidade, como eram o pátio ou mesmo a rua (Vilaça, 1993: 80).

4.7. Perspectivas futuras

Aspirações escolares e profissionais: inércia e incapacidade de elaboração de projectos de vida

No que respeita às aspirações escolares (Anexo J: Quadro 4.21.), 5 dos entrevistados não manifesta opinião, havendo 2 que reconhecem não estar interessados em retomar os estudos, como é o caso de E10:

“Eu não! Eu também não tenho paciência para esse tipo de coisas. Eu não!”

Os que revelam querer melhorar as suas habilitações, é comum manifestarem dificuldade em concretizar este desejo de imediato, justificando com a sua indisponibilidade actual. Questões relacionadas com a conciliação dos estudos com a vida familiar, em particular com o cuidado aos descendentes, bem como os horários de trabalho que praticam, são os factores apontados como impeditivos de reingressarem a vida académica a breve trecho. Transcrevemos alguns exemplos:

“Penso voltar a estudar, mas é aquilo que eu digo, eu tenho dois filhos pequenos e que a qualquer momento podem adoecer e precisar de mim, é muito complicado. (...) eu não vejo que sem eles crescerem mais um bocadinho eu consiga retomar a faculdade. Gostava de regressar, nem que fosse velhinha, com 60 anos e gostava de completar, nem que fosse assim para dizer “Acabei! Vêem como eu consegui?” (E2)

Uma das entrevistadas frequenta actualmente um curso de formação que lhe dará equivalência ao 12º ano, sendo sua ambição ingressar no ensino superior.

Ao nível das aspirações profissionais (Anexo J: Quadro 4.22.), podemos indicar que 5 dos entrevistados manifestam que gostariam de ter outra ocupação, embora não realizem acções para o concretizar, quer por questões familiares, quer pela segurança sentida no local de trabalho actual. Prevalece assim um sentimento de inércia, que muitas vezes está sedimentado numa incapacidade de projectar novos cenários que conduzam ao rompimento do ciclo de pobreza.

“Gosto de manicure, pedicure. (...) Não vou trabalhar em manicure e largar aquele trabalho onde já estou há 5 anos e depois estar a fazer um mês e “Vais-te embora!”. Eu prefiro deixar-me ficar no meu cantinho, eu arranjo as unhas de vez em quando a elas [amigas, colegas].” (E8)

Ter um negócio próprio é apontado por 3 entrevistados como uma ambição:

“Olhe, o meu sonho mesmo era abrir assim uma empresa de apoio domiciliário, era mesmo.” (E2)

“Gostava de ter o meu negócio, fora do bairro (...) numa zona de passagem. Aqui não, aqui vivemos dos moradores (...) nós aqui vivemos da meia dúzia de clientes que mora aqui, que vem todos os dias ao café.” (E4)

Um dos entrevistados manifesta vontade de exercer a sua actividade como formador na área da informática, uma vez que tem habilitações para o realizar. De referir ainda um entrevistado é reformado por invalidez, pelo que as suas aspirações profissionais são limitadas à sua condição física.

“Como se imagina daqui a 5 anos”: transferência de projectos de mobilidade para os filhos?

Quando interrogamos os entrevistados sobre a forma como se perspectivam daqui a 5 anos (Anexo J: Quadro 4.23.), 8 referem a manutenção do seu *status* actual, como podemos ilustrar com o seguinte trecho:

“Imagino-me a morar aqui, com a mesma escolaridade e a trabalhar no mesmo sítio onde trabalho, isto em termos realistas, não é? (...) Olhe, o sítio onde trabalho, porque estou efectiva e acho que para mudar de trabalho agora tinha de ser para uma proposta assim espantosa (...). A viver aqui, porque lá está, porque a situação económica ... sejamos realistas, é uma renda de 200 €, então vamos pagar uma de 500€ noutra sítio? (...) Não vejo que daqui a 5 anos a situação esteja muito diferente do que aquilo que está hoje. Não vejo.” (E2)

Outros sujeitos verbalizam querer que a qualidade da sua vida familiar perdure, tendo os seus filhos melhores condições do que foi ou é a realidade do entrevistado, havendo uma clara transferência de projectos de mobilidade para os filhos, que passa pela aquisição de

Descendo a Encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro

capital escolar. Num inquérito²³ realizado à população do Vale de Alcântara em 2006, foi revelado que a maior parte dos residentes tem uma clara consciência do papel de relevo que assume a formação escolar no desenvolvimento de projectos de vida (Cidater, 2008:21), o que é notório no discurso de E 13:

“A primeira coisa é lutar para os estudos deles [filhos], queria que eles estudassem mais e que não tenham as dificuldades que eu tenho ou que eu tive, não passem o que eu passei.”

Dois dos entrevistados têm dificuldade em se perspectivar no futuro, havendo dois que fazem referência a ambições familiares: casar e ter filhos.

A melhoria das condições de vida é ambicionada por mais de metade dos entrevistados sendo, no entanto, a sua concretização fundamentada em termos de esperança abstracta:

“ (...) se nos saísse o EuroMilhões, comprávamos uma casa longe daqui.” (E1)

Este dado aponta para uma incapacidade de realizar um planeamento sustentado, com vista a uma real mudança que se traduza numa mobilidade social ascendente.

²³ Realizado em Setembro e Outubro de 2006, no qual foram inquiridos 213 agregados familiares.

5. CONCLUSÕES

Tendo em conta a definição do nosso objecto de estudo e a análise dos dados obtidos através da realização de entrevistas, é possível constatar que os sujeitos alvo da nossa pesquisa não identificam alterações significativas ao nível da sua inserção profissional, que estejam relacionados com a sua transferência para o novo bairro. Por seu turno, a grande alteração sentida refere-se às redes sociais, sendo encaradas como tendo sofrido um enfraquecimento, factor evidenciado como negativo. Elementos como estes dificultam os tão almejados processos de inclusão/mobilidade social, tão desafiadores para qualquer comunidade.

Os entrevistados possuem uma baixa escolaridade e qualificação profissional, estando integrados, como vimos, em profissões pouco qualificadas e com precária remuneração. Podemos afirmar que a “precocidade” está presente em vários momentos na vida dos nossos entrevistados, o que funciona, simultaneamente, como uma causa e consequência da pobreza. Assim, verifica-se que, na grande maioria das situações relatadas, o abandono escolar precoce é desencadeado por constrangimentos de ordem económica, sendo os jovens “empurrados” para o ingresso, igualmente precoce, no mercado de trabalho, contribuindo desta forma para o precário rendimento familiar. Por sua vez, a entrada prematura no mundo laboral, implica, na maior parte dos casos, uma fraca preparação escolar, bem como uma inexistente qualificação profissional e, concomitantemente, uma integração em profissões mais desqualificadas e pior remuneradas, dando origem a uma deficiente integração social (Cardoso, 1993: 91). Podemos afirmar que existe uma forte relação entre educação e fenómenos de pobreza e exclusão social, formando um ciclo vicioso, ou seja, “as pessoas são pobres porque não puderam investir ou investiram pouco em si próprias, mas os pobres têm escassos recursos para investir em formação” (Amaro, 2003: 25).

Há, pois, o reconhecimento de que, a população que sofre de pobreza e exclusão social tem vários *handicaps* que se reforçam mutuamente (Guerra, 1994: 13 e Guerra, P. 1992: 152, 153, 169), sendo os sujeitos alvo do nosso estudo um bom exemplo. A junção de todas estas dificuldades limita fortemente a possibilidade de uma mobilidade social ascendente. De facto, quando comparamos os capitais escolares dos entrevistados com o dos seus progenitores, verificamos um aumento, embora este não se traduza em integração em profissões melhor qualificadas. O emprego assume um enorme relevo na organização da vida familiar e social,

enquanto fonte de rendimento e auto-estima, sendo que a precariedade nessa área afecta a estabilidade e inclusão social dos indivíduos e famílias (Sousa, *et al*, 2007: 26).

No que concerne às redes sociais, é interessante analisar que alguns estudos indicam que nas classes sociais mais desfavorecidas, a vizinhança apresenta-se como fonte privilegiada de recrutamento de amizades e de construção de redes informais, assim como o uso da rua e dos espaços locais na sua espacialização (Freitas, 1993: 51). A população do antigo Casal Ventoso não é excepção, sendo globalmente referido pelos entrevistados a importância que o pátio representava no estabelecimento das suas redes de vizinhança, que se caracterizavam por grande proximidade e solidariedade. O realojamento implicou a alteração das morfologias e modelos de *habitat*, que conduziram ao surgimento dos denominados elementos de *stress* sociocultural, como sejam os problemas relativos à nova composição do grupo de vizinhos e à ruptura com redes e laços sociais anteriores (Freitas, 1993: 42-43). É percebido pela generalidade dos entrevistados, que foram alvo de uma acção de realojamento, na qual não houve respeito pelas redes anteriormente estabelecidas, quer familiares, quer de vizinhança, tendo havido a sua dispersão pela Quinta do Loureiro ou nos outros bairros de realojamento. É ainda assumido que o facto de terem passado a residir noutra local e em prédios, enfraqueceu a manutenção ou estabelecimento de novos laços.

As redes de suporte, nomeadamente as de carácter informal, assumem um papel primordial na vida destes sujeitos sendo, na sua maioria, constituídas por familiares do sexo feminino (mães ou irmãs) e atribuídas em função do próprio ou dos seus descendentes. Estes apoios visam minimizar os impactes negativos das situações de escassez de recursos económicos, bem como assegurar alguns cuidados aos filhos, uma vez que é manifestada uma dificuldade na conciliação entre a vida laboral e familiar.

É expressiva a satisfação manifestada pelos entrevistados, no que diz respeito à melhoria das suas condições habitacionais após o realojamento. No entanto, esta satisfação não se alarga nem à vizinhança nem ao novo bairro, sendo apontados diversos aspectos de descontentamento, tais como a vandalização dos espaços comuns, a pouca higienização do bairro ou mesmo a ausência de alguns serviços de proximidade, como sejam as mercearias, talhos/peixarias, ou o que consideram ser uma pior acessibilidade em termos de transportes públicos. Além disso, uma das imagens que têm do novo bairro é de que este é um lugar inseguro quer para si, quer para os filhos, sendo justificado, em parte, com a entrada no bairro de pessoas estranhas, que provocam distúrbios.

Relativamente à imagem de si, é comumente partilhada a ideia entre os entrevistados de que sempre se sentiram respeitados no exterior, independentemente do seu local de residência, não fazendo referência a qualquer estigma pelo facto de residirem nestes bairros. Quanto ao modo de vida, referem aspectos como o surgimento de “uma nova mentalidade com hábitos de trabalho”, fazendo ainda alusão ao maior tempo que despendem actualmente em casa, o que pode agravar o enfraquecimento de laços estabelecidos com a vizinhança.

A avaliação das perspectivas futuras indica que, a nível das aspirações escolares são significativos os entrevistados que verbalizam querer aumentar a sua escolaridade, mas que revelam actualmente indisponibilidade por motivos familiares, predominantemente relacionados com a baixa faixa etária dos seus filhos e a necessidade do seu acompanhamento.

O estudo das aspirações profissionais revela que é manifestada uma ambição de ter uma ocupação profissional diferente, embora esta mesma ambição não seja acompanhada por movimentos concretos para o concretizar, o que se reflecte no *item* “como se imagina daqui a 5 anos”, no qual é referido que a sua situação não deve sofrer alterações significativas, no que diz respeito ao trabalho, escolaridade ou profissão desempenhada. A perspectiva mais viável para a melhoria do seu *status*, encontra-se fundada numa esperança abstracta (ganhar o EuroMilhões, a lotaria), o que traduz uma incapacidade de formular projectos consistentes que credibilizem a expectativa de alteração da qualidade de vida, transferindo os seus desejos de mobilidade social para os filhos.

A respeito do realojamento dos antigos residentes no bairro do Casal Ventoso, é pertinente a questão levantada por Cravo: “os tectos são novos, mas estará assegurada uma envolvente urbana digna, equilibrada e a consequente integração social?” (Cravo, 2000: 56). Consideramos que as intervenções em territórios sociais complexos não devem ser iniciadas através da criação/imposição de respostas físicas/materiais, que se resumem na procura da melhoria da qualidade habitacional das populações. Para além de pôr em causa a sustentabilidade destas intervenções, uma vez que é frequente a participação dos beneficiários ser deficitária, muitas vezes gera efeitos perversos, nomeadamente a fragilização das redes sociais e o reforço de mecanismos de exclusão.

Por conseguinte, devem ser privilegiadas abordagens sistémicas e integradas que desencadeiem processos de apropriação e capacitação das populações. Só desta forma haverá uma verdadeira reestruturação dos seus modos de vida, visando romper o ciclo de pobreza destes indivíduos e famílias, tornando-os cidadãos de pleno direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, Madalena (2002), *(des) Equilíbrios familiares* (2ª edição), Coimbra, Quarteto Editora
- Albarello, Luc, *et al* (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Gradiva
- Almeida, João Ferreira de, *et al* (1994), *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora
- Amaro, Rogério Roque (coord.) (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho
- Basílio, José Zaluvar (coord. cient.) (2008), *Diagnóstico Sociodemográfico e Económico do Vale de Alcântara*, Lisboa, Projecto Alcantara
- Bott, Elizabeth (1976), *Família e Rede Social*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- CML (1995), *É agora! Casal Ventoso. Operação Integrada de Reconversão*, Lisboa, Programa URBAN, Câmara Municipal de Lisboa - Gabinete do Presidente
- Capucha, Luís (2000), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora
- Cardoso, Ana (1993), *A outra face da cidade – Pobreza em Bairros Degradados de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa
- Castro, Alexandra, e Isabel Guerra (coords.) (2010), *Os Caminhos da Pobreza: Perfis e Políticas Sociais na Cidade de Lisboa*, Lisboa, Centro Editorial SCML
- Chaves, Miguel (1999), *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico. Marginalidade económica e dominação simbólica em Lisboa*, Lisboa, ICS
- Cidater (2008), *Vale de Alcântara – Um Retrato Estatístico – Inquérito à população dos bairros Ceuta-Sul, Loureiro e Quinta do Cabrinha*, Cidater, Cooperativa de Ensino & Cultura

**Descendo a Encosta
do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro**

- Correia, Sofia (2007), *Capital Social e Comunidade Cívica, o círculo virtuoso da cidadania*, Mem Martins, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Costa, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos nº 2, Coleção Fundação Mário Soares, Lisboa, Edição Gradiva
- Costa, Alfredo Bruto da (coord.) (2008), *Um Olhar Sobre a Pobreza*, Lisboa, Edição Gradiva
- Cravo, Jaime (2000), “Reconversão do Casal Ventos divide opiniões – O último espaço de liberdade”, *Sociedade e Território - Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 30, Porto, Edições Afrontamento, pp. 56-64
- Freitas, Maria João Lopes (1993), *Acções de Realojamento e Re-estruturação dos Modos de Vida: um estudo de caso*, dissertação de mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Lisboa, ISCTE
- Ghiglione, Rodolphe, e Benjamim Matalon (1995), *O Inquérito - Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora
- Guerra, Isabel (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 20, Porto, Edições Afrontamento, pp.11-16
- Guerra, Isabel (1998), “Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida”, *Sociedade e Território. Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 25 e 26, Porto, Edições Afrontamento, pp. 118-128
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Estoril, Edição Princípia
- Guerra, Isabel, e Mário Lages (2002), *O Plano Integrado de Prevenção da Toxicodependência no Casal Ventoso – Tentame de avaliação*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas
- Guerra, Paula (1992), “Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade, *Sociologia* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – 1ª Série – Volume 2, Porto, pp. 145-175

**Descendo a Encosta
do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro**

- Guerra, Paula (2002), “O Bairro do Cerco do Porto: cenário de pertenças, de afectividades e de simbologias”, *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, pp. 65-144
- Hespanha, Pedro, *et al* (2002), “Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local”, em Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro (orgs.), *Risco social e incerteza: Pode o Estado social recuar mais?*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 25-54
- Lemieux, Vincent, e Mathieu Ouimet (2008), *Análise Estrutural das Redes Sociais*, Lisboa, Instituto Piaget
- Maia, Hortense Lopes (1994) “Representações da Pobreza: Proximidade Geográfica e Distância Social”, *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 20, Porto, Edições Afrontamento, pp.63-70
- Marconi, Marina de Andrade, e Eva Maria Lakatos (1999), *Técnicas de Pesquisa*, São Paulo, Editora Atlas
- Menezes, Marluci, *et al* (1992), *Bairro do Casal Ventoso – Elementos para uma caracterização sócio-ecológica*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- Paugam, Serge (1991), *A Desqualificação Social. Ensaio sobre a nova pobreza*, Porto, Porto Editora
- PIC (Programa de Iniciativa Comunitária) URBAN II (2003), *Lisboa, fazer com as pessoas*, Lisboa – Relatório de Execução-2002, URBAN II e União Europeia FEDER
- Pinto, Teresa Costa (1994), “A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro”, *Sociedade e Território - Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 20, Porto, Edições Afrontamento, pp. 36-43
- Pinto, Teresa Costa (2004), “Qualidade de Vida – Reflexões e Debates em Torno de um Conceito”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, 9, Porto, CET, ISCTE, pp. 99-120
- Pinto, Teresa Costa (coord.), *et al* (2010), *À Tona da Água I. Necessidades em Portugal, Tradição e Tendências Emergentes*, Lisboa, Edições Tinta da China

**Descendo a Encosta
do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro**

- Portes, Alejandro (2000), “Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, Oeiras, Celta Editora, pp. 133-158
- Projecto Alcantara (2001), *Contributos para a minimização dos factores de exclusão social, Bairro do Cabrinha/Casal Ventoso 1999/2001*
- Queirós, Anabela, et al (2009), *Relatório Vale de Alcântara... Que Presente? Que Futuro?* Lisboa, Comissão de Acompanhamento do PC URBAN II /EMA
- REAPN (2007), *Indicadores sobre a pobreza: Portugal e União Europeia*
- Santos, Boaventura de Sousa, e Sílvia Ferreira (2002), “A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflitantes”, em Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro (orgs.), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 177-225
- Soares, João (2000), “Entrevista a João Soares”, *Sociedade e Território - Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 30, Porto, Edições Afrontamento, pp. 65-69
- Soulet, Marc-Henry (2000), “Pensar a exclusão nos dias de hoje: não-integração ou Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Acção Social
- Sampaio, Jorge (1995), *É agora! Casal Ventoso. Operação Integrada de Reconversão*, Lisboa, Programa URBAN, Câmara Municipal de Lisboa - Gabinete do Presidente.
- Sousa, Liliana (2005), *Famílias Multiproblemáticas*, Coimbra, Quarteto Editora
- Sousa, Liliana, et al (2007), *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*, Lisboa, Climepsi Editores
- Vasconcelos, Pedro (2005), “Redes sociais de apoio”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS, pp. 599-631
- Vilaça, Eduardo (coord.) (1993), *Apropriação do espaço e satisfação residencial nos bairros sociais – Horta Nova, Padre Cruz; N1 Chelas.*, Lisboa, CET e CML
- Vilaça, Eduardo (2001), “O “Estado da Habitação” – Medidas sem política num país adiado”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, 3, Lisboa, CET, ISCTE, pp. 83-92

- Walgrave, Lode (2000), “Vulnerabilidade Societal e Acção Social”, em Marc-Henry Soulet (org.), *Da não-integração-Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*, Coimbra, Quarteto Editora

ANEXOS

ANEXO A – Grelha analítica

Quadro 2.1. Grelha analítica

Problemáticas	Dimensões
Perfil social	Sexo Idade Local de nascimento Estado civil Trajectória residencial Constituição do agregado doméstico Número e idade dos filhos Habilitações literárias (de ego e progenitores) Profissão (de ego e progenitores) Situação na profissão Vínculo laboral
Trajectória escolar	Estabelecimentos de ensino frequentados Formações profissionais Idade e motivo para o abandono escolar
Trajectória profissional	Início do percurso profissional Modos de acesso ao mercado de trabalho Local de trabalho Impactes sentidos com o realojamento
Redes sociais	Impactes sentidos com o realojamento Principais redes e tipo de suporte identificados
Impactes do realojamento	Avaliação global do processo Identificação dos aspectos positivos e negativos Principais alterações sentidas na vida quotidiana
Perspectivas futuras	Aspirações escolares Aspirações profissionais “Como se imagina daqui a 5 anos”

ANEXO B – Categorias e subcategorias

Quadro 2.2. Categorias e subcategorias

Categorias	Subcategorias
Inserção profissional	Início do percurso profissional Modo de acesso ao trabalho Impacte sentido com o realojamento
Impacte nas redes sociais	Percepção sobre a forma como foi realizado o realojamento Redes de vizinhança Fontes e tipo de suporte social
Impacte no quotidiano	Habitabilidade Serviços de proximidade Imagem e identidade do bairro Imagem de si e modo de vida
Perspectivas futuras	Aspirações escolares Aspirações profissionais “Como se imagina daqui a 5 anos”

ANEXO C – Guião de entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

Esta entrevista insere-se no âmbito de um estudo que estou a realizar, com o objectivo de analisar as alterações que foram sentidas na vida dos residentes do antigo bairro do Casal Ventoso, após o seu realojamento na Quinta do Loureiro, em particular no que diz respeito à sua inserção profissional e redes sociais.

A sua participação é voluntária e anónima, havendo sigilo em todas respostas que me der. Agradeço, por isso, que as informações prestadas correspondam, de facto, à sua realidade e opinião.

Caso pretenda mais algum esclarecimento sobre alguma questão, não hesite em perguntar. Se não quiser responder a algum aspecto, tem toda a liberdade para o fazer. Peço também a sua autorização para gravar a entrevista.

I – TRAJECTÓRIA DE VIDA

- 1- Gostava que me falasse de si: quantos anos tem, onde nasceu, locais onde já morou, com quem vive, as escolas que frequentou e que estudos ou formações tem, qual a profissão e escolaridade dos seus pais.

Se quiser, pode ainda contar-me outros aspectos que considere importantes para o(a) conhecer melhor.

II – INSERÇÃO PROFISSIONAL

- 1 – Por favor refira-me a sua experiência profissional, quando e onde começou a trabalhar, como conseguiu o (s) seu (seus) emprego (s) e se já viveu situações de desemprego.

- 2– Considera que o seu percurso profissional foi influenciado pelo seu local de residência – Bairro do Casal Ventoso e Quinta do Loureiro?

III – REDES SOCIAIS

Peço-lhe agora que falemos das suas relações familiares, de amizade e de vizinhança, fazendo a comparação entre a época em que morava no bairro do Casal Ventoso e actualmente.

Quando precisa de ajuda (para si, filhos...) a quem costuma recorrer?

IV – IMPACTES DO REALOJAMENTO

1 – Que avaliação global faz do realojamento? Que aspectos positivos e negativos gostava de destacar? Que principais alterações sofreu a sua vida do dia-a-dia?

V – PERSPECTIVAS FUTURAS

1- Que profissão gostava de ter? Gostava de estudar mais?

O que (a) impede de prosseguir as suas ambições?

2- Como se imagina daqui a 5 anos?

Muito obrigada pela sua colaboração!

ANEXO D – Bairros do Vale de Alcântara

Quadro 3.1. Datas de construção e ocupação dos bairros do Vale de Alcântara

Bairro	Data de construção	Data de realojamento	Nº de edifícios	Nº de fogos	Tipologia dos fogos	Zona de origem dos residentes
Quinta do Cabrinha	1998	1999	10	248	96 T1 92 T2 40 T3 20 T4	Casal Ventoso de Baixo
Ceuta-Sul	2001	2001	8	205	28 T1 106 T2 56 T3 15 T4	Casal Ventoso de Cima e Rua Maria Pia
Quinta do Loureiro	2002	2002	18	395	19 T1 258 T2 100 T3 18 T4	Casal Ventoso de Cima

Fonte: Dados fornecidos pela GEBALIS, sendo que alguns dos quais também constam no “Diagnóstico Sociodemográfico e Económico do Vale de Alcântara” (Basílio, 2008: 17)

ANEXO E – Caracterização social dos entrevistados

Quadro 4.1. Perfil social dos entrevistados

Entrevista-do(a)	Sexo	Idade	Estado civil	Agregado doméstico	Número de filhos/idade	Hab. literárias	Profissão (principal)	Situação na profissão	Vínculo laboral
E 1	F	35	Casada	Ego+Marido +1 Filha	1: 14 anos	4ºano	Auxiliar de lar	Trabalhadora por conta de outrem	Efectiva
E 2	F	29	União de facto	Ego+ Companheira + 2 Filhos	2: 6 e 3 anos	12º ano (freq. ensino sup.)	Auxiliar de lar	Trabalhadora por conta de outrem	Efectiva
E 3	M	32	Solteiro	Ego	Sem filhos	4º ano	Impressor de off-set	Desempregado à procura de novo emprego	_____
E 4	M	31	União de facto	Ego+ Companheira +2Filhos	2: 11 e 2 anos	9º ano	Empresário de restauração	Trabalhador por conta própria	Por conta própria
E 5	M	30	União de facto	Ego+ Companheira	1: 9 anos (*)	5º ano	Padeiro	Desempregado à procura de novo emprego	_____
E 6	F	30	União de facto	Ego+ Companheiro (detido)+ 2 Filhos	2: 10 e 4 anos	9º ano	Empregada de balcão	Trabalhadora por conta de outrem	Sem contrato
E 7	F	25	Solteira/ união de facto	Ego+ Companheiro +1 Filha +Sogra	1: 8 meses	8º ano	Copeira	Trabalhadora por conta de outrem	Efectiva
E 8	F	25	Solteira	Ego+Mãe +1Irmão	Sem filhos	5º ano	Encadernadora de off-set	Trabalhadora por conta de outrem	Efectiva
E 9	M	31	Solteiro	Ego+Pais +3 Irmãs	Sem filhos	10º ano	Técnico informático	Desempregado à procura de novo emprego	_____
E 10	F	29	Solteira	Ego	Sem filhos	4º ano	Ajudante de cozinha	Trabalhadora por conta de outrem	Efectiva
E 11	F	28	Solteira	Ego+1 Filha +3 Irmãos	1: 4 anos	6º ano	Empregada doméstica	Em trabalho irregular	Sem contrato
E 12	F	35	União de facto	Ego+ Companheiro +2 Filhos	2: 9 e 3 anos	7º ano	Operadora de supermercado (chefe de secção)	Trabalhadora por conta de outrem	Efectiva
E 13	M	31	União de facto	Ego+ Companheira +4 Filhos	4: 11, 9, 6 e 3 anos	6º ano	Motorista	Reformado por invalidez	Reformado
E 14	F	30	Casada	Ego+Marido +5 Filhos	6: 17 (*), 13, 9, 7, 4 e 3 anos	9º ano	Empregada de restauração	Em formação profissional	Em formação
E 15	F	31	Casada	Ego+Marido +3 Filhos	3: 13, 9 e 3 anos	9º ano	Cabeleireira	Desempregada à procura de novo emprego	_____
E 16	F	30	Casada	Ego+Marido +3 Filhos	3: 12 e 5 anos e 8 meses	9º ano	Ajudante de cabeleireira	Trabalhadora por conta de outrem	Efectiva
(*) Não reside no agregado									

Quadro 4.2. Habilitações literárias de ego

Habilitações literárias	Entrevistado	Total
1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	E1,E3, E10	3
Do 5º ano ao 8º ano	E5, E7, E8, E11, E12, E13	6
2º Ciclo de Ensino Básico (9º ano)	E4, E6, E14, E15, E16	5
10º ano	E9	1
Frequência do Ensino Superior	E2	1

Quadro 4.3. Habilitações literárias dos progenitores

Habilitações literárias	Pai	Mãe	Total
Analfabeto(a)		E1, E2	
Total	0	2	2
Sabe ler e escrever	E13	E3, E8, E11, E12	
Total	1	4	5
1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E8, E9, E11,	E4, E5, E6, E7, E9, E10, E13, E16	
Total	11	8	19
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	E12	E15	
Total	1	1	2
3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	E14		
Total	1	0	1
NS/NR	E7, E10	E14	
Total	2	1	3

Quadro 4.4. Comparação da escolaridade de ego com a dos progenitores

Escolaridade	Aumentou	Manteve	NS/NR
Pai	E2, E4, E5, E6, E8, E9, E11, E12, E13, E15, E16	E1, E3, E14	E7, E10
Total	11	3	2
Mãe	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E11, E12, E13, E15, E16	E10	E14
Total	14	1	1

Quadro 4.5. Profissão dos progenitores

Entrevistado(a)	Profissão	
	Pai	Mãe
E1	Canalizador	Empregada doméstica
E2	Mecânico	Empregada de lavanderia e empregada doméstica
E3	Estivador	Empregada de limpeza
E4	Armador de ferro	Auxiliar de acção educativa
E5	Electricista	Empregada fabril (fábrica de sapatos)
E6	NS/NR	Empregada doméstica
E7	Cozinheiro	Cozinheira
E8	Estivador	Empregada de limpezas
E9	Segurança	Auxiliar de lar
E10	Segurança	Empregada de limpeza e ajudante de cozinha
E11	Empregado de balcão e abriu minimercado	Empregada de limpeza
E12	Carpinteiro	Doméstica
E13	Polidor de metais	Cozinheira
E14	Polícia	Prostituta
E15	Pedreiro	Empregada fabril (fábrica de tintas)
E16	NS/NR	Doméstica

Quadro 4.6. Contacto com o Casal Ventoso

Contacto com o CV	Entrevistado	Total
Nasceu e sempre residiu no CV até ao realojamento na QL	E1, E2, E3, E5, E6, E7, E8, E9, E10,	10
Veio morar para o CV em criança, por motivos familiares	E12, E13, E14, E16	4
Veio morar para o CV, por efeitos de conjugalidade	E4, E15	2
CV - Casal Ventoso; QL - Quinta do Loureiro		

ANEXO F – Trajectória escolar

Quadro 4.7. Estabelecimentos de ensino frequentados

Estabelecimentos de ensino	Entrevistado	Total
Centro Social do Casal Ventoso	E1, E9, E10, E13	4
Associação de Moradores do Casal Ventoso	E9, E13	2
Escola EB 1 nº 6	E1, E3, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E13, E14	11
Escola EB 2,3 de Manuel da Maia	E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E11, E12, E13, E14	11
Escola EB 2,3 Josefa de Óbidos	E7, E9	2
Universidade Católica e Universidade Clássica	E2	1
Outros estabelecimentos	E2, E4, E7, E9, E12, E15, E16	7

Quadro 4.8. Idade de abandono escolar

Idade de abandono escolar	Entrevistado	Total
13	E1, E3, E5, E10, E14	5
14	E6, E8	2
15	E11, E13	2
16	E4, E12	2
17	E7	1
18	E15	1
21	E2	1
22	E9	1
NS/NR	E16	1

Quadro 4.9. Motivos que originaram o abandono escolar

Motivos de abandono escolar	Entrevistado	Total
Motivos económicos / inserção profissional	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13	13
Falta de interesse pela escola/desmotivação	E1, E3, E5, E6, E8, E10, E11, E12, E14, E16	10
Foi prejudicado pelos colegas do CV	E1, E7, E9	3
Gravidez	E14	1
Após conclusão de curso de formação profissional	E15	1

ANEXO G – Trajectória profissional

Quadro 4.10. Início do percurso profissional

Percurso profissional	Entrevistado	Total
Iniciado na adolescência, após abandono escolar e em ocupações não qualificadas	E1, E3, E5, E6, E7, E8, E10, E11, E12, E13, E14	11
Iniciado na adolescência, mantendo o percurso escolar	E4, E16	2
Trabalhadora-estudante, após conclusão do Ensino Secundário e durante o Ensino Superior	E4	1
Iniciado em jovem adulto, em ocupação não qualificada	E9	1
Iniciado em jovem adulto, após conclusão de curso de formação profissional	E15	1

Quadro 4.11. Local de trabalho

	Entrevistado	Total
Quinta do Loureiro e rua adjacente	E1, E2, E4, E6	4
Campo de Ourique	E7, E10, E16	3
Lapa	E12	1
Linha de Sintra	E8, E11	2

Quadro 4.12. Modo de acesso ao mercado de trabalho

Modo de acesso	Entrevistado	Total
Por conhecimento de familiares, amigos e outros	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E6	16
Por iniciativa própria	E4, E9, E14, E15, E16	5
Através do Instituto de Reinserção Social	E16	1
Com recurso ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, sem sucesso	E2, E3, E4, E5, E8, E9, E11, E12	8

Quadro 4.13. Percepção do impacte ao nível da inserção profissional

Tipo de impacte	Percepção dos entrevistados	Entrevistado	Total
Sem significado	Nunca sentiu discriminação (sempre deu morada do CV e actualmente também)	E1, E5, E7, E8, E10, E12, E13, E15, E16	9
	Morar no CV ou na QL são ambos factores de discriminação	E3, E6, E9, E14	4
Positivo	Morar na QL não constitui factor de discriminação como no CV (actualmente já dá a sua morada)	E4	1
	Morar na QL favoreceu a obtenção de emprego	E2	1
Negativo	No CV havia facilidade em conseguir empregos	E11	1

ANEXO H – Impactes sentidos nas redes sociais

Quadro 4.14. Percepção sobre a forma como foi realizado o realojamento

Tipo de impacto	Percepção	Entrevistado	Total
Positivo	Fusão dos residentes do CV de Cima com os do CV de Baixo	E4	1
	Houve respeito pelas relações familiares e de vizinhança	E7	1
Negativo	Houve desagregação da família e da rede da vizinhança	E6, E11, E12, E13, E16	5
	Fusão dos residentes do CV de Cima com os do CV de Baixo	E1, E3, E8, E13	4
	A QL tem habitantes que não residiam no CV e pessoas que lá moravam não tiveram direito a casa	E1, E16	2

Quadro 4.15. Reestruturação das redes de vizinhança

Âmbito de análise	Descrição	Entrevistado	Total
Organização espacial (passagem de casas térreas e pátios para prédios)	No CV a existência de pátios favorecia a proximidade dos vizinhos	E1, E2, E6, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E16	10
	No CV as pessoas que moravam no pátio eram uma família muito grande	E2, E10, E12, E13, E14	5
	Na QL há dificuldade de relação com os novos vizinhos, motivada pela convivência em prédios	E13, E14, E15, E16	4
	Na QL não se pode deixar a porta aberta	E1, E2, E4, E16	4
	Na QL houve perda de laços de solidariedade com os vizinhos	E1, E2, E6, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E16	11
	Viver em prédio na QL parece ter dado às pessoas estatuto social de superioridade	E1, E2, E4, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14	10
Comportamento das pessoas	No CV a interferência na vida privada por parte dos vizinhos era encarada como positiva	E2, E6, E8, E15	4
	Na QL a curiosidade pela vida alheia é encarada como negativa	E1, E10, E13, E14	4
	A atitude das pessoas mudou/são menos respeitadas	E8, E10, E13	3
	Na QL há perda de valores transmitidos às crianças	E7, E9, E10, E11, E13	5
	Na QL houve necessidade de mudar alguns hábitos que eram bem recebidos no CV	E4, E8, E11	3
	Na QL não há comércio tradicional, o que implica a perda de hipótese de comprar fiado	E2, E8	2
	O realojamento na QL favoreceu o estabelecimento de relações fora do bairro	E4	1
	Preferia morar no CV	E8, E9, E11, E12, E13, E15	6

Quadro 4.16. Fontes e tipo de suporte social

Fontes e tipo de suporte social		Entrevistado	Total
Rede informal	Apoio prestado por familiares mulheres a nível cuidativo para o próprio	E1, E3, E5, E6, E8, E16	6
	Apoio prestado por familiares mulheres a nível cuidativo para os descendentes	E1, E2, E4, E6, E7, E11, E13, E14, E15,	10
	Apoio prestado por familiares mulheres a nível económico	E1, E3, E4, E5, E6, E7, E10, E13, E14,	11
	Apoio prestado por familiares homens a nível económico	E2, E4, E11, E13	4
	Apoio prestado por familiares a nível de géneros	E2, E5, E11, E13, E14, E15	6
	Pensão de alimentos (informal) dada pelo progenitor dos filhos	E6, E11	2
	Apoio de vizinhas	E2, E6, E10, E11, E12, E14	6
Rede formal	Recurso à Unidade de Saúde Santa Casa	E2, E8, E9, E11, E13, E14, E15, E16	8
	Apoio prestado através do Banco Alimentar	E2, E3, E13, E14	4
	Produtos de puericultura / "Passo a Passo"	E2, E15	2
	Colégio "O Veleiro"	E11	1
	Ama e leites (SCML)	E12	1
	Aufere RSI	E13, E14, E15	3
	LINADEM	E11, E13	2
	Crescer em Rede	E13	1
	Cuidados hospitalares	E13	1
	"Ajuda de Mãe": Banco Alimentar e RVCC	E14	1
	Requereu RSI, mas foi indeferido	E11	1
-	Nunca recorreu a apoio de Serviços	E1, E4, E6, E10	4

ANEXO I – Impactes sentidos no quotidiano

Quadro 4.17. Habitabilidade

Nível	Habitabilidade			Entrevistado	Total
	Descrição	P*	N*		
Casa	Melhores condições da habitação	X		E1, E2, E3, E4, E5, E10, E12, E14, E15,	10
	Pouca manutenção das áreas comuns do prédio		X	E4, E9, E10, E12, E13, E14	6
	Menos divisões		X	E3, E4, E12	3
	Aumento das despesas (renda, água, luz)		X	E1, E10, E11, E13	4
Vizinhança	Incômodo provocado pelos vizinhos do prédio		X	E13	1
Bairro	Melhores arruamentos	X		E4	1
	Vandalização dos espaços comuns		X	E1, E3, E7, E8, E9, E10, E11, E14, E15	9
	Descontentamento face ao acompanhamento da GEBALIS		X	E3, E4, E10, E13, E16	5
	Pouca higienização do bairro		X	E1, E8, E10, E12, E13, E16	6
	Cheiro da ETAR		X	E1	1
	Inexistência de espaços verdes		X	E13	1
* P - positivo; N - negativo					

Quadro 4.18. Serviços de proximidade

Âmbito de análise	Serviços de proximidade			Entrevistado	Total
	Descrição	P*	N*		
Comércio/ Serviços	Na QL faltam mercearias		X	E1, E2, E3, E4, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16	15
	No CV recorriam mais aos serviços de Campo de Ourique e actualmente aos de Alcântara, menos acessíveis		X	E1, E2, E7, E8, E10, E11, E12, E16	8
	Bens de primeira necessidade a custo mais elevado		X	E2, E3	2
	Falta talho/peixaria		X	E8, E9, E10, E11, E12, E14, E16	7
	Só existem cafés		X	E8, E9, E10, E12, E15, E16	6
	Faltam caixas multibanco		X	E10	1
	Piscina pública encerrada		X	E9, E11, E13	3
	Existe capela na QL	X		E12	1
	Utiliza colectividade	X		E6	1
	Falta campo de futebol		X	E9, E11	2
Transportes	Estão igualmente servidos de	-	-	E1, E2, E3, E15	4
	Na QL há pior acessibilidade a transportes públicos		X	E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E16	8
	Na QL há melhor acesso a transportes públicos	X		E7	1
	Existência do serviço Porta a Porta não é valorizada		X	E2, E8, E10, E11, E12, E16	6
	Serviço Porta a Porta visto como recurso positivo	X		E3, E4, E7, E9	4
Equipamento s escolares e afins	Escola Básica e jardim de infância dentro do bairro QL	X		E4, E9, E10, E11, E14	5
	Existe parque infantil	X		E2, E7, E11, E13, E14	5
	Existe LINADEM	X		E4, E15	2
	Projecto Alcantara	X		E15	1
Serviços de saúde	Melhores serviços de saúde (SCML)	X		E2, E4, E11, E15	4
	Falta farmácia		X	E8, E10, E11, E12, E13, E14, E16	7
Segurança	A Polícia não intervém, porque a QL é só dormitório		X	E3, E7, E9, E10, E11, E13	6

Quadro 4.19. Imagem e identidade do bairro

Tipo de impacto	Modificações	Entrevistado	Total
Sem alteração	Igualmente seguro	E10	1
	Mantém-se o tráfico	E10	1
	QL é igual a CV, é “segundo CV”	E10	1
Positivo	Menor associação ao tráfico de estupefacientes e suas consequências	E10, E13	2
	No CV havia receio por parte de outros em relação aos moradores e na QL não	E1, E3, E6, E13	4
	Sentimento de pertença ao bairro/já dá morada	E4	1
	As crianças trazem colegas a sua casa	E2	1
	Sentimento de segurança em relação às crianças	E2, E4, E7	3
	O CV recebia gente de fora, o que o tornava mais inseguro	E4, E7	2
Negativo	Sentimentos de insegurança na QL	E1, E8, E10, E11, E13	5
	Na QL há a entrada no bairro de indivíduos estranhos e que provocam distúrbios	E10, E13, E14	3
	Sentimento de insegurança em relação às crianças	E6, E8, E13, E14 E15	5

Quadro 4.20. Imagem de si e modo de vida

Tipo de impacto	Imagem de si e modo de vida			Entrevistado	Total
	Descrição	Im*	Mv*		
Sem alteração	Sente-se igualmente respeitado (CV vs QL)	X		E1, E6, E7, E9, E10, E11, E12, E13, E16	9
	Não sentiu mudança em termos da valorização/respeito por parte dos outros (nem no CV nem na QL)	X		E3	1
Positivo	Na QL há expectativas positivas dos moradores em relação aos filhos		X	E2, E4	2
	Na QL há uma nova mentalidade com hábitos de trabalho / “Trabalhar por objectivos”		X	E4, E6, E9, E12, E16	5
	A mudança para a QL afastou-o dos consumos		X	E5	1
Negativo	Na QL fica mais tempo em casa		X	E1, E2, E3, E5, E10, E13	6
* Im - imagem de si; Mv - modo de vida					

ANEXO J – Perspectivas futuras

Quadro 4.21. Aspirações escolares

Aspirações escolares	Entrevistado	Total
Gostava de aumentar a escolaridade, mas actualmente revela indisponibilidade por motivos familiares	E2, E6, E7, E13	4
Gostava de retomar a escola, mas ainda não realizou movimentos nesse sentido	E1, E3	2
Encontra-se integrado em formação profissional, pretendendo terminar o Ensino Secundário e ingressar no Ensino Superior	E14	1
Encontra-se integrado em processo de RVCC, pretendendo obter equivalência ao 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	E5	1
Encontra-se desempregado, privilegiando a inserção profissional	E9, E15	2
Não está interessado	E10, E11	2
Não manifesta opinião	E4, E8, E12, E16	4

Quadro 4.22. Aspirações profissionais

Aspirações profissionais	Entrevistado	Total
Aspira ter outra ocupação, mas não realiza movimentos nesse sentido	E6, E8, E10, E11, E16	5
Gostava de ter negócio próprio	E2, E4, E14	3
Está desempregado e pretende integrar-se profissionalmente na sua área	E3, E9	2
Tem aspirações, mas não tem possibilidade de as concretizar por motivos familiares	E15	1
Gostava de trabalhar no mesmo ramo (restauração), mas com melhor horário	E7	1
É reformado por invalidez, estando a sua inserção profissional comprometida	E13	1
Não tem ambições. Pretende manter o trabalho actual	E1, E12	2
Não manifesta aspirações	E5	1

Quadro 4.23. “Como se imagina daqui a 5 anos”

Daqui a 5 anos...	Entrevistado	Total
Manter a mesma condição de vida (manter emprego, escolaridade, local de residência...)	E1, E2, E4, E7, E8, E10, E11, E12	8
Manter a qualidade de vida familiar (saúde, filhos estudarem..)	E1, E4, E6, E13, E15	5
Ter melhores condições de vida, fundadas em termos de esperança abstracta (ganhar Euromilhões, lotaria)	E1, E3, E4, E10, E12, E14, E15	7
Ter melhores condições económicas (auferir mais ou estar integrado profissionalmente)	E1, E3, E9, E11, E13, E15	6
Sair da Quinta do Loureiro e morar noutra local	E1, E6, E9, E13, E14	5
Casar / ter filhos	E7, E9	2
Entregar a casa à GEBALIS e ir morar com a mãe, também na QL	E3	1
Não consegue perspectivar-se no futuro	E5, E16	2

ANEXO K – *Curriculum Vitae*

